



Câmara Municipal
de Oeiras

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2020

ATA N.º 20/2020

ÍNDICE

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS

2 - APROVAÇÃO DE ATAS

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS

5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR CARLOS MORGADO

7 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO

10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA

13 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE

14 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES

15 - APRESENTAÇÃO SOBRE CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

16 - PROPOSTA N.º 435/20 - DOT - PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS

17 - PROPOSTA N.º 481/20 - DGSI - P.º 361/DCP/2020 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO

**PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO DE VOZ PARA TODOS OS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO - DECISÃO
DE CONTRATAR - APROVAÇÃO DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO E PEÇAS
PROCEDIMENTAIS**

18 - PROPOSTA Nº. 482/20 - DPU - PROCº. 8502/1993-SPO - PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 2/1996 - PÓLO MULTIFUNCIONAL NORTE TAGUSPARK

19 - PROPOSTA Nº. 483/20 - DGSH - RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 294/20 - TRANSFERÊNCIA PARA O FOGO MUNICIPAL SITO NA AV. DIOGO LOPES SEQUEIRA, Nº. 85, C/V B, BAIRRO DOS NAVEGADORES, POR NECESSIDADE DE REAJUSTAMENTO TIPOLÓGICO

20 - PROPOSTA Nº. 484/20 - DVM - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, PARA AQUISIÇÃO DE DOIS AUTOCARROS MINIBUS, MOVIDOS A GNC - PROJETO COMBUS - DECISÃO CONTRATAR

21 - PROPOSTA Nº. 485/20 - DVM - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE OITO VIATURAS URBANAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA O PROJETO COMBUS

22 - PROPOSTA Nº. 486/20 - DPU - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO LOTE 45 DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 88/1973, SITO NA RUA ALMEIDA GARRET, EM PORTO SALVO, REQUERIDO POR VERDASCA DA COSTA - CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, UNIPESSOAL, LDA.

23 - PROPOSTA Nº. 487/20 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 18ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

24 - PROPOSTA Nº. 488/20 - DSC - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO PORTUGUESA “A COMUNIDADE CONTRA A SIDA”, PARA O PROJETO DE EDUCAÇÃO PELOS PARES

25 - PROPOSTA Nº. 489/20 - DGSH - VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA TOMÁS DE LIMA, Nº. 19, 1º. ESQ., BAIRRO DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, EM CAXIAS - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 167/2020, DE 18 DE MARÇO



Câmara Municipal
de Oeiras

- 26 - PROPOSTA N°. 490/20 - DGSH - VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA VASCO DA GAMA FERNANDES, N°. 9, 2º. ESQ., BAIRRO DO POMBAL, EM OEIRAS**
- 27 - PROPOSTA N°. 491/20 - GAEP - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 1º. TRIMESTRE DE 2020 DA PARQUES TEJO - PARQUEAMENTOS DE OEIRAS, E.M., S.A.**
- 28 - PROPOSTA N°. 492/20 - DRU - Pº. 03/DRU/2020 - REQUALIFICAÇÃO PARCIAL DA AV. COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, EM ALGÉS (FASE 1) - APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREITADA**
- 29 - PROPOSTA N°. 493/20 - DPCHM - EMPREITADA 30/DPCHM/2020 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II E III, EM PORTO SALVO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO**
- 30 - PROPOSTA N°. 509/20 - DOM - Pº. 2020/69-DEM - REABILITAÇÃO DO EDIFICADO NA EB/JI PEDRO ÁLVARES CABRAL, EM PORTO SALVO - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**
- 31 - PROPOSTA N°. 510/20 - DOM - Pº. 2020/52-DGEP - PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA QUINTA DA NORA, EM CARNAXIDE - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**
- 32 - PROPOSTA N°. 494/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS E À PROATLÂNTICO - ASSOCIAÇÃO JUVENIL, PARA APOIO AO PROJETO PRAIA ACESSÍVEL 2020**
- 33 - PROPOSTA N°. 495/20 - SIMAS - ANULAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS DELIBERAÇÕES**

DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS QUE APROVARAM A MINUTA DE ACORDO A CELEBRAR ENTRE OS MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA SOBRE A TITULARIDADE DOS IMÓVEIS AFETOS ÀS ATRIBUIÇÕES DOS SIMAS À DOMINIALIDADE PRIVADA DO MUNICÍPIO NO QUAL O BEM SE INSIRA TERRITORIALMENTE

34 - PROPOSTA Nº. 496/20 - SIMAS - AQUISIÇÃO PELOS MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA, EM REGIME DE COMPROPRIEDADE, DA FRAÇÃO AUTÓNOMA DENOMINADA PELA LETRA «B», CORRESPONDENTE AO RÉS-DO-CHÃO DIREITO DO PRÉDIO URBANO, EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL, SITO EM ALGÉS, NA RUA PARQUE ANJOS, Nº. 4, 4A E 4B, PARA INSTALAÇÃO DE UMA NOVA SECÇÃO DE ATENDIMENTO COMERCIAL DOS SIMAS

35 - PROPOSTA Nº. 497/20 - SIMAS - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO, COM ADJUDICAÇÃO POR LOTES, DESTINADO AO FORNECIMENTO DE “REAGENTES E CONSUMÍVEIS PARA A UNIDADE LABORATORIAL PELO PRAZO DE TRÊS ANOS 2020, 2021 E 2022”

36 - PROPOSTA Nº. 498/20 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO DE REDES DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA AMADORA - ANOS 2020/2021

37 - PROPOSTA Nº. 499/20 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À REPARAÇÃO DE COLAPSOS DE COLETORES E RAMAIS, SUBSTITUIÇÃO DE TAMPAS E REPARAÇÃO DE CAIXAS DE VISITA, NAS REDES DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS, NO CONCELHO DA AMADORA (ANOS DE 2020/2021)



- 38 - PROPOSTA Nº. 500/20 - GCAJ - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**
- 39 - PROPOSTA Nº. 501/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EXTRAORDINÁRIA À JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA, PARA APOIO AO APetrechamento DA MERCEARIA SOCIAL**
- 40 - PROPOSTA Nº. 502/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À EMDIIP - EQUIPA MÓVEL DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E INTERVENÇÃO PRECOCE, PARA CRIAÇÃO DE BOLSA DE TERAPIAS PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**
- 41 - PROPOSTA Nº. 503/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE ALGÉS**
- 42 - PROPOSTA Nº. 504/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO AGRUPAMENTO 407 DE OEIRAS DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS**
- 43 - PROPOSTA Nº. 505/20 - DPERU - ACORDO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA LOJA SITA Nº. 89, DA RUA CÂNDIDO DOS REIS, EM OEIRAS, EM QUE É ARRENDATÁRIA A EMPRESA “ALVES E SERRÃO, LDA”**
- 44 - PROPOSTA Nº. 506/20 - GAEP - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL REFERENTE AO 1º. TRIMESTRE DE 2020, DA OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.**
- 45 - PROPOSTA Nº. 507/20 - DACTPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS PARA ATIVIDADE CULTURAL REGULAR DE 2020 - II^a. FASE**
- 46 - PROPOSTA Nº. 508/20 - DP - PROCEDIMENTO MEDIANTE SORTEIO, COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO, PARA ARRENDAMENTO DO ARMAZÉM 30,**

**SITO NA RUA D, LOTE 45, ALTO DOS BARRONHOS - DECISÃO DE NÃO
ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR**

**47 - PROPOSTA Nº. 511/20 - DTGE - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE LICENÇAS DE
RECINTO ITINERANTE E RUÍDO, NO ÂMBITO DO EVENTO CONCERTOS À JANELA
JÚNIOR**

**48 - PROPOSTA Nº. 512/20 - PM - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A CEDÊNCIA DE
6 MOTOCICLOS ASSENTES NAS REGRAS DO CONTRATO DE COMODATO A
CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A POLÍCIA DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

**49 - PROPOSTA Nº. 513/20 - GAP - MEDIDAS IMPLEMENTADAS NO ÂMBITO DA
PANDEMIA COVID-19, NO APOIO À ECONOMIA**

**50 - PROPOSTA Nº. 514/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A
ENTIDADES PARCEIRAS PARA REFORÇO EXCECIONAL DE VERBAS, NO ÂMBITO
DO FES**

**51 - PROPOSTA Nº. 515/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA PARTICIPAÇÃO DE 15
CRIANÇAS EM COLÓNIA DE FÉRIAS**

52 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



Câmara Municipal
de Oeiras

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2020 -----

----- ATA NÚMERO VINTE/DOIS MIL E VINTE -----

----- Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Oeiras, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Moraes estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia. -----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número dezasseis, de dois mil e vinte, de três de junho, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia. -----

----- Ata número dezassete, de dois mil e vinte, de nove de junho, previamente distribuída

pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Ângelo Pereira. -----

-----Não participaram na votação os Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto e Heloísa Apolónia, por não terem estado presentes na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

-----Ata número dezanove, de dois mil e vinte, de dezoito de junho, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia.-----

-----Não participou na votação a Senhora Vereadora Joana Baptista por não ter estado presente na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de vinte e nove de junho de dois mil e vinte a três de julho de dois mil e vinte, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte, constatando-se um saldo orçamental positivo de cento e nove milhões oitocentos e cinquenta mil setecentos e setenta e dois euros.-----

4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na



Câmara Municipal
de Oeiras

reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia vinte e dois de junho os quais são:-----

----- “Informações:-----

----- Tomou conhecimento do Balancete do Movimento de Tesouraria;-----

----- Tomou conhecimento do Relatório de Monitorização de Teletrabalho no período compreendido entre quinze a trinta de abril de dois mil e vinte - Tendo o Senhor Presidente despachado no sentido de ser presente na próxima reunião do Conselho de Administração um relatório de Monitorização do período entre o início do teletrabalho até trinta de junho;-----

----- Tomou conhecimento do comunicado do Conselho de Administração aos trabalhadores do SIMAS de Oeiras e Amadora e aprovou, por unanimidade, o programa de férias para os filhos dos trabalhadores;-----

----- Tomou conhecimento da clarificação do teor da proposta de deliberação número sessenta e dois, de dois mil e vinte - Regularizações contabilísticas: Dívida e Imobilizado Corpóreo:-----

----- Tomou conhecimento da informação relativa ao Teletrabalho e à retoma a trabalho presencial; -----

----- Tomou conhecimento do estudo do tarifário - Clientes domésticos - Entidades Gestoras da Grande Lisboa - Tendo o Senhor Presidente do Conselho de Administração determinado que seja dado conhecimento às Câmaras Municipais e ao Provedor de Justiça;-----

----- Tomou conhecimento do estudo sobre o impacto das medidas tarifárias decorrentes da pandemia COVID-Dezanove, e foi aprovada, por unanimidade, a sua divulgação;-----

----- Tomou conhecimento da Consultoria Internacional ao Grupo de Trabalho de Gestão de Conteúdos do Edifício ÁguaVida® e, aprovou, por unanimidade, o proposto.-----

----- - Proposta de ratificação: -----

----- Pedido de subsídio - CCD Oeiras, no montante de quarenta mil euros - Foi ratificado, por unanimidade, a autorização do Senhor Presidente do Conselho de Administração datada de nove de junho de dois mil e vinte, para atribuição do subsídio ao CCD Oeiras. -----

----- Propostas de deliberação: -----

----- (Adiada do Conselho de Administração de dezanove de maio de dois mil e vinte e de um de junho de dois mil e vinte) - Entrega ao Município de Oeiras dos Edifícios dos Serviços Técnicos e Oficinas dos SIMAS, sitos em Porto Salvo, no Casal do Deserto (anexo ofício enviado à CMA) - Adiada; -----

----- (Adiada do Conselho de Administração de um de junho de dois mil e vinte) - Aprovação dos procedimentos de segurança da informação - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Balanço Social dois mil e dezanove - O Conselho de Administração tomou conhecimento do Balanço Social dois mil e dezanove e determinou dar seguimento conforme proposto; -----

----- Anulação administrativa da deliberação do Conselho de Administração dos SIMAS número vinte e nove, aprovada em sessão de vinte e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aprovou a minuta de acordo a celebrar entre os Municípios de Oeiras e Amadora sobre a titularidade os imóveis afetos às atribuições dos SIMAS à dominialidade privada do município no qual o bem se insira territorialmente - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Aquisição pelos Municípios de Oeiras e Amadora, em regime de compropriedade, da fração autónoma denominada pela letra «B», correspondente ao rés-do-chão direito do prédio urbano, em regime de propriedade horizontal, sito em Algés, na Rua Parque Anjos, número quatro, quatro A e quatro B, para instalação de uma nova Secção de Atendimento Comercial dos SIMAS, pelo preço de duzentos e vinte cinco mil euros - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----



----- Abertura de procedimento, por consulta prévia a cinco entidades, destinado a serviços de medicina no trabalho para os SIMAS de Oeiras e Amadora, pelo preço base de quarenta mil setecentos e quarenta e oito euros e quarenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de três anos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;

----- Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinados à manutenção preventiva dos equipamentos da marca “Skalar”, pelo prazo de três anos (dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois), pelo preço base de vinte e dois mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de três anos, a desenvolver nos anos de dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de concurso público, com adjudicação por lotes, destinado ao fornecimento de “Reagentes e consumíveis para a Unidade Laboratorial pelo prazo de três anos dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois”, com o preço base global de cento e cinquenta e três mil e cem euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura do procedimento por concurso público para a empreitada destinada à substituição de condutas e ramais existentes na Rua Garcia de Orta e Pracetas adjacentes, na Freguesia das Águas Livres, e na Avenida Ivens, Rua Álvares Botelho e Largo Vinte e Cinco de Abril, na Freguesia de Alfragide, no Concelho da Amadora, preço base de cento e quarenta e nove mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo máximo de cem dias, prevendo-se que a mesma decorra em dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público destinado à aquisição de reagentes para o funcionamento de diversos equipamentos da Unidade Laboratorial, pelo prazo de três anos - Adjudicação à entidade “Hach Lange, Portugal”, pelo valor de vinte e quatro mil novecentos e

vinte e dois euros e noventa e três cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para um fornecimento por três anos, a ocorrer em dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Procedimento por ajuste direto, ao abrigo de critérios materiais, para a prestação de serviços destinada à manutenção do sistema ERP - Adjudicação à empresa “Rocail - Técnicos de Informática, Limitada”, pelo preço de cento e três mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por um período de doze meses, com a execução a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Procedimento para o fornecimento contínuo de combustíveis líquidos, através de cartões magnéticos, para a frota automóvel dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora, por um período de doze meses, com início a um de setembro de dois mil e vinte, com recurso ao Acordo Quadro da Central Nacional de Compras Municipais CONNECT - Adjudicação à empresa “Alves Bandeira & Companhia, Limitada”, pelo preço de noventa mil cento e noventa euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por um período de doze meses, com início a um de setembro de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Procedimento por concurso público para execução da empreitada destinada à alteração do subsistema de abastecimento de água para redução de pressão da zona do Casal de São Brás, no Concelho da Amadora - Adjudicação à empresa “JPMAENG, Limitada”, pelo valor de noventa e três mil setecentos e nove euros e setenta e sete cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de noventa dias, a ocorrer no decurso dos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Procedimento por concurso público destinado à aquisição de serviços de elaboração do projeto de execução das obras urgentes de drenagem pluvial a desenvolver na Serra de Carnaxide - Adjudicação à entidade “Procesl, Limitada”, pelo valor de vinte e nove mil trezentos e cinquenta e dois euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de



Câmara Municipal
de Oeiras

vinte semanas, a realizar nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público para a celebração de acordo quadro para execução da empreitada de remodelação de redes de águas residuais e pluviais no Concelho da Amadora - Anos de dois mil e vinte/dois mil e vinte e um - Adjudicação à empresa “Mafrágua, Limitada”, no valor de duzentos e oitenta e quatro mil e trinta e três euros e oitenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de trezentos e sessenta dias, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público para a celebração de acordo quadro para execução da empreitada destinada à reparação de colapsos de coletores e ramais, substituição de tampas e reparação de caixas de visita, nas redes de águas residuais e pluviais, no Concelho da Amadora (anos de dois mil e vinte/dois mil e vinte e um) - Adjudicação à empresa “Olico - Materiais Para Construção, Construção Civil e Obras Públicas, Limitada”, pelo valor de duzentos e noventa e nove mil quatrocentos e setenta e quatro euros e quarenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias, prevendo-se que a mesma decorra nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento, por concurso público, para a aquisição de serviços destinado ao controlo de pragas - desratização e desinfestação do Município de Oeiras - Adjudicação à empresa “Luthisa, Limitada”, pelo valor de cento e quarenta e quatro mil oitocentos e quarenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de doze meses, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;

----- Procedimento, por concurso público, para a aquisição de serviços destinada ao controlo de pragas - desratização e desinfestação do Município da Amadora - Adjudicação à

empresa “Luthisa, Limitada”, pelo valor de cem mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de doze meses, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Abertura de procedimento por ajuste direto para a aquisição de serviços de controlo e gestão de projetos na modalidade de contrato de avença, com convite a Ana Margarida Calvinho Cerveira Almiro e Castro, pelo preço base de dezasseis mil e oitocentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de doze meses, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.” -----

5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número duzentos e oitenta e cinco, remetendo cópia da deliberação sobre proposta de recomendação - “Por uma rede de ciclovias que chegue a todas as Freguesias de Oeiras”, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PS, a qual foi rejeitada, com vinte e cinco votos contra, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, um do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente e dois do Partido Social Democrata e com onze votos a favor, sendo cinco do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza.-----

-----Número duzentos e oitenta e seis, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número trezentos e setenta e sete, de dois mil e vinte - DMEDSC/DDS/DCS - Atribuição de participação financeira à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, para assegurar o reforço do Banco Alimentar, no contexto da Pandemia COVID-Dezanove, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes,



Câmara Municipal
de Oeiras

com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira extraordinária no valor de dez mil euros, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no sentido desta assegurar o reforço do Banco Alimentar com a aquisição de bens alimentares e produtos de higiene de primeira necessidade para a população que se encontra em situação de carência económica, no contexto da Pandemia COVID-Dezanove.

----- Número duzentos e oitenta e sete, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número quatrocentos e quatro, de dois mil e vinte - DMAG/GAEP - Atribuição de subsídio à exploração excepcional, por não aplicação de preços no desenvolvimento da atividade - Contrato-programa com a Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a celebração de contrato-programa com a Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, para atribuição excepcional de subsídio à exploração a título de contrapartida pela não aplicação de preços em Zonas de Estacionamento de Duração Limitada nem em sede da respetiva atividade inspetiva, no valor total de trezentos e oitenta mil duzentos e quarenta e dois euros e trinta e quatro céntimos.

----- Número duzentos e oitenta e oito, remetendo cópia da deliberação sobre proposta

CMO número quatrocentos e treze, de dois mil e vinte - DMOTDU/DPERU/DRU - Centro Histórico de Oeiras - Empreitada “vinte e dois/DPE/dezassete - Habitação Jovem - Quarteirão do Largo da Boavista, em Oeiras” - Reprogramação financeira, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação, substituindo-se a programação financeira anteriormente aprovada através da proposta de deliberação de Câmara número oitocentos e vinte, de dois mil e dezoito, de onze de dezembro, pela seguinte:-----

-----Para dois mil e vinte, o valor de quatrocentos e cinquenta e cinco mil novecentos e vinte euros e cinco cêntimos, IVA incluído;-----

-----Para dois mil e vinte e um, o valor de sessenta e cinco mil duzentos e trinta euros e trinta e um cêntimos, IVA incluído.-----

-----Número duzentos e oitenta e nove, dando conhecimento que na reunião de vinte e três de junho, apreciou a proposta de deliberação número quatrocentos e dezasseis, de dois mil e vinte - GAP - Travessia Rodoviária do Tejo no corredor Algés/Trafaria (Oeiras em contexto Metropolitano).-----

-----Número duzentos e noventa, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número quatrocentos e dezassete, de dois mil e vinte - DMEDSC/DACTPH/DTGE - “Drive in Comic Con Portugal Sessions” - Cedência gratuita de espaço e isenção do pagamento de licenças de recinto improvisado e ruído, na qual deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, um do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, dois do



Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com seis abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta e cinco do Partido Socialista e com quatro votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar a isenção do pagamento das licenças camarárias necessárias à “City, Conventions in the Yard”, para a organização do “Drive in Comic Con Portugal Sessions”.-----

6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR CARLOS MORGADO:-----

----- O Senhor Vereador Carlos Morgado prestou à Câmara as seguintes informações:--

----- “Na manhã do dia vinte e um de junho, desloquei-me às instalações do Clube Escola de Ténis de Oeiras, para assistir às finais do Open de Oeiras em ténis, onde esteve também o Vereador Pedro Patacho.-----

----- - No dia vinte de junho, da parte da tarde, efetuei uma visita às instalações da Solfraterno.-----

----- Quando falamos desta instituição, obrigatoriamente temos que associar o nome da conhecida Tia Céu, uma mulher fantástica que é capaz de dar aos outros, aquilo que lhe faz falta.

----- Numa altura em que muitas famílias se debatem com grandes carências face à pandemia que atravessamos, o trabalho das várias instituições tem sido notável, particularmente, as de índole social, sendo que nesta oportunidade não posso deixar de elogiar o grande espírito solidário demonstrado por esta mulher que, não só apoia algumas centenas de famílias do nosso Concelho, como também muitas outras de outros Concelhos, dando como exemplo o facto de aquando desta visita ter constatado uma marcação de entrega de dois ou três cabazes a famílias de Matosinhos, garantindo a sua entrega através de uma transportadora que se prontificou a colaborar nesta ação solidária.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO: -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Raposo prestou à Câmara as seguintes informações: -

-----“Gostaria de saber qual o ponto da situação relativamente ao número de infetados no Concelho de Oeiras, depois de verificar os dados, vi que houve um aumento consecutivo, o mesmo que está a acontecer nos territórios dos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Havia quem pensasse que Oeiras não seria atingida, mas verifica-se que os problemas são gerais, ou seja, há aqui um conjunto de questões que ultrapassam tudo e não tem a ver com a falta de capacidade ou com a intervenção da Câmara, tem a ver com situações que se repetem em vários territórios, fruto de um conjunto de situações, nomeadamente nas questões dos transportes, nas atividades de muita desta população, da limpeza, da construção civil, bem como as condições de habitabilidade, e também com o número de testes feitos e os que são necessários fazer. -----

-----Da parte da Direção Regional de Saúde e Delegações de Saúde Concelhias, tem havido uma contenção na realização dos testes, o que leva, naturalmente, ao controle dos resultados. -----

-----A preocupação é global. -----

-----Já vi a reação de um conjunto de pessoas, desde o Presidente da Área Metropolitana de Lisboa, que reagiu com alguma violência em relação àquilo que é a atitude e a atividade na área da saúde, não só da Direção Regional de Saúde, mas também das diversas Delegações de Saúde Concelhias e, por isso, há aqui um alerta claro e concreto ao que foi a incapacidade de se mobilizarem os meios necessários nos concelhos e, como tal, o resultado, foi a falta de controlo da situação, que neste momento existe na grande maioria dos territórios da Área Metropolitana. -

-----Mas também, isso possa ser um exemplo, afinal parece que já não é só a Área Metropolitana de Lisboa, começa a haver alguns focos dispersos pelo País inteiro. O que quer dizer que pode estar a acontecer o que se temia, que estão criadas as condições para que haja uma segunda vaga. -----

-----Isso é uma questão que naturalmente é má para todos. É mau para as pessoas, é mau para a economia, enfim, são um conjunto de questões que vão ter consequências do ponto de



vista social e económico, até à retoma da economia, como todos estamos a ver. -----

----- Hoje vi um alto dirigente da Galiza, em Espanha comentar e a aconselhar, porque estava muito preocupado relativamente à abertura das fronteiras entre Portugal e Espanha. -----

----- Eu acho que ele, e os outros de outros Países, deveriam estar preocupados com eles próprios, porque na Galiza, Espanha e Itália têm um número de mortos por milhão de habitantes, muito superior ao de Portugal, o triplo, quase o quádruplo no caso da Itália, e por isso, há aqui também de alguma forma, um aproveitamento político, porque, tal como nós, também esses dois países são países em que o turismo é importante. É uma base questão fundamental e como tal, de alguma forma, interessa-lhes valorizar menos os problemas deles e desvalorizar o que seria poderia ser mais negativo para Portugal ao nível do turismo. -----

----- Eu acho que estamos com alguns problemas, não quer dizer que as Câmaras têm tenham responsabilidade nisso, porque sei o que tem sido feito no Concelho de Oeiras em relação a esta matéria, mas há problemas, há falta de meios, de falta de técnicos, para que os Concelhos possam atuar de outra forma, ou seja, em alguns sítios o que se está a assistir, é que há gente que é detetada como positiva e apesar de viverem dez pessoas nessa casa, nada acontece, não há forma de retirar essa pessoa para outro sítio, para que possa fazer a quarentena isolado, sem estar sujeito a contaminar outras pessoas, porque também não há técnicos de saúde disponíveis para fazer este acompanhamento. Essa é que é a realidade. -----

----- Quando as coisas correm bem, tudo se consegue, “passa-se pelo intervalo dos pingos da chuva”, mas quando as coisas começam a correr mal, todo o mundo critica as situações, como também é evidente. -----

----- Isto não é uma crítica. -----

----- Eu tive a oportunidade de acompanhar a irritação do Senhor Presidente da Câmara, eu percebo, foi pela forma como colocaram a questão ontem na Assembleia Municipal e fiquei chateado, porque se alguém tem a consciência tranquila é a Câmara de Oeiras, mas podemos

fazer sempre mais, relativamente àquilo que tem sido a atitude nesta matéria.-----

-----As coisas não estão bem, e, por isso, eu acho que é altura dos Presidentes de Câmara lançarem os alertas, já que uns fazem e não vem mal ao mundo, que o façam por outros que não o podem fazer.-----

-----Há coisas que não se comprehende na maioria dos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, e permitam-me que fale por exemplo do Concelho da Amadora que acompanho também, há problemas graves, a falta de técnicos de saúde existe, as pessoas não são retiradas dos sítios onde moram, nem estão a fazer a quarentena em condições de isolamento. Nos bairros sociais não têm condições para fazer a quarentena, porque muitas vezes vivem dez pessoas na mesma casa, e essas questões vão agravar a situação, como é o caso nos transportes públicos, no desemprego, etc.-----

-----Vi a opinião do Presidente da Câmara de Cascais sobre a questão de que quando os transportes públicos chegassem a Cascais, tencionaria cortar a entrada desses autocarros ou de outros modos de transporte, aos não residentes no Concelho.-----

-----Essa não será a melhor forma, porque o comboio vem de Lisboa, e eu não sei quem é que leva o vírus, se é de Lisboa para Oeiras, ou de Oeiras para Cascais, ou vice-versa, não sabemos, e estas coisas não se resolvem assim, isto resolve-se com uma conjugação de esforços entre os Presidentes de Câmara, colocando as questões que têm em cima da mesa, porque há questões que ultrapassam as Câmaras Municipais. A questão dos técnicos de saúde, dos médicos, ultrapassa as Câmaras Municipais, já chega o que as Câmaras têm que fazer, as que fazem, mas cada uma tem a sua responsabilidade.-----

-----Gostaria de saber qual foi a evolução nestes últimos dez dias, porque os últimos números que estão a transmitir na opinião pública, é que Oeiras já estará ao nível dos Municípios mais infetados e é bom que estas coisas sejam clarificadas e que não haja a imagem que é tudo igual e que já é uma questão de pandemia global.-----



----- Gostaria de dizer ao Senhor Presidente, que não tenha problemas em mostrar as dificuldades que tem, e as falhas que tem da outra parte, porque os outros não têm, a solidariedade é bonita quando funciona reciprocamente, mas quando não funciona, cada um tenta por si, e não pode ser culpado daquilo que não depende apenas de si, mas também não se pode esquecer daquilo que fez e o que está a fazer, digo isso à vontade, aquilo que a Câmara de Oeiras tem feito nesta área até hoje, poucas Câmaras poderiam fazer o mesmo e, por isso, quando se a tem a consciência tranquila, tem-se o direito a fazer um conjunto de questões e também a pôr o dedo na ferida.”-----

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA: -----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte:-----

----- “A primeira questão diz respeito às barreiras protetoras das praias que impede, e bem, a passagem das pessoas diretamente para a praia, no sentido de vincularem as pessoas à utilização de uma única entrada e saída para fazer o controlo.-----

----- Ocorre que essas barreiras têm escrito as siglas da Câmara, mas de tal forma que o M é tão pontiagudo que nos chegou uma queixa de uma criança que já fez um corte na mão nessa letra e, por isso, alertava a Câmara Municipal para que não ocorram situações mais perigosas e saber se haverá alguma solução possível para tornar aquele pontiagudo menos perigoso, fundamentalmente para as crianças.-----

----- Uma outra queixa tem a ver com um terreno com uma área ainda considerável na Estrada de Talaíde, em Porto Salvo, onde uma munícipe solicitou à CDU que colocasse a questão da limpeza do terreno, uma vez que já foi solicitado, quer à Polícia Municipal, quer à Câmara Municipal, mantendo-se o mesmo sem limpeza há pelo menos três anos e a munícipe considera que aquele mato, que já está a invadir a sua propriedade, coloca um risco concreto, designadamente, até ao nível de algum incêndio que possa ocorrer.-----

-----Tendo em conta as responsabilidades que as câmaras municipais assumem até em substituição de proprietários nesta matéria, com as devidas consequências, o Gabinete da CDU fará chegar ao Gabinete do Senhor Presidente as fotografias que a munícipe enviou do local e também da sua solicitação. -----

-----No próximo ano comemoram-se os quarenta e cinco anos da aprovação e da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa e coloco esta questão porque os Verdes colocaram em tempos na Assembleia da República a importância de darmos a conhecer de uma forma mais massiva, não é para as pessoas saberem de cor o conteúdo da Constituição, mas para que as pessoas entranhem de alguma forma o espírito e alguns direitos, liberdades e garantias concretos que vêm consagrados na Constituição. -----

-----Sabemos que a Constituição está disponível na internet para quem a quer consultar, contudo, e tendo em conta outras experiências de algumas edições de constituições que se fizeram de distribuição massiva, fundamentalmente a jovens nas escolas, gostava aqui de colocar ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores se não considerariam interessante que a Câmara Municipal de Oeiras fizesse uma edição da Constituição da República Portuguesa com o propósito de a distribuir aos estudantes do nosso Concelho. -----

-----É esta a proposta concreta que quero deixar, tendo em conta que isto demora algum tempo e os quarenta e cinco anos da Constituição ocorrem no próximo ano.” -----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** informou a Câmara do seguinte:-----
-----“No universo da Câmara Municipal, Juntas de Freguesias, Polícias, Bombeiros, SEF e empresas municipais tivemos até agora quarenta e uma situações de infecção por COVID-Dezanove. -----

-----Destes quarenta e um atualmente estão vinte e cinco ativos e dezasseis recuperados, sendo que não há nenhum funcionário em situação de internamento, o que significa que não há



nenhuma situação preocupante neste universo. -----

----- Na intranet poderão sempre acompanhar a informação atualizada, incluindo os gráficos de progressão no separador próprio, normalmente com referência ao fim da tarde do dia anterior. -----

----- Mantêm-se todas as situações de distribuição de equipamentos de proteção, de criação de barreiras entre postos de trabalho, de distanciamento e ainda todas as normas de proteção e de tranquilidade aos trabalhadores que estabelecemos desde o início desta pandemia. -

----- No sábado passado, foi aberta uma área na Praia Velha de Paço de Arcos onde é permitida a entrada de frequentadores acompanhados de animais domésticos. -----

----- Foi uma situação bastante divulgada na comunicação social, era uma promessa eleitoral prevista no programa eleitoral do INOV, que passa a estar cumprida, por estranho que pareça uma praia pode ter um significado que às vezes não estamos à espera. -----

----- A seguir a esta abertura, que foi acompanhada pelos órgãos de comunicação social, veio já o PAN propor e foi aprovado na Assembleia Municipal de Matosinhos, seguir os bons exemplos e as boas práticas levadas a cabo em Oeiras e abrir uma das praias para a frequência de pessoas acompanhadas de animais.” -----

10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** prestou à Câmara as seguintes informações:-

----- “Como sabem nós relativamente ao COVID e à pandemia que estamos a viver, continuamos a fazer diversas medidas e políticas que temos mantido, independentemente de termos desconfinado, ou seja, continuamos a fazer testes, cerca de noventa testes diários, aos funcionários e aos profissionais da linha da frente. -----

----- Continuamos a apoiar as IPSS, seja na distribuição de EPIS, seja na testagem quando há necessidade, seja em desinfeções, mobilizações, etc., e aqui vamos continuar a apostar, porque as populações fragilizadas é onde está o nosso foco e é aí que nós queremos atuar, porque a

evolução do vírus está a acontecer e vai ter que acontecer, tendo em conta o desconfinamento que estamos a viver. -----

-----A também temos reforçado as campanhas de sensibilização nos bairros.-----

-----Relativamente aos números da pandemia, neste momento, temos quatrocentas e noventa e seis pessoas curadas, oitocentas e trinta e oito no total acumulado, vinte e sete óbitos e neste momento, no Município, temos trezentas e quinze pessoas ativas.-----

-----No dia vinte de junho, tínhamos seiscentos e oitenta e dois casos, no dia trinta de junho, tínhamos oitocentos e trinta e oito casos, ou seja, houve uma evolução cento e cinquenta casos em dez dias. -----

-----Os testes no Palácio Anjos e na Fundição de Oeiras continuam diariamente e, como já disse o nosso foco vai ser as IPSS e tudo o que pudermos fazer para proteger as populações mais vulneráveis.-----

-----Como sabem o Programa Mexe-te nas Férias vai começar segunda-feira, também o Programa Jovens me Movimento. Foram testados todos os monitores e estamos a testar as crianças para poderem começar a colónia de férias, todos em segurança e com mais tranquilidade e conforto para os pais.” -----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO:-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“Gostaria de informar a Câmara de que as atividades desportivas dos clubes do Concelho, com todos os constrangimentos que se conhecem e dificuldades para muitos deles, estão a pouco e pouco a ser retomadas, exemplo disso foi no dia vinte e um de junho o “Open de Oeiras”, que apesar dos constrangimentos em virtude desta situação pandémica não deixou de se realizar e no qual estive presente. -----

----- Dar nota também que acompanhei o Senhor Presidente numa audiência com o Senhor Ministro do Ambiente, para muito agrado nosso se disponibilizou a colaborar com o



Festival Internacional de Ciência de Oeiras que está a ser planeado, no âmbito daquilo que são as suas atribuições e ações enquanto Ministro com a pasta do ambiente. -----

----- - No dia vinte e quatro de junho realizou-se uma reunião com os professores de Educação Física contratados pela Câmara Municipal, no âmbito do Programa de Educação Física no primeiro ciclo, para fazer um balanço daquilo que tem sido o trabalho nas escolas do primeiro ciclo, no âmbito da Educação Física com os professores titulares e dizer que nesta matéria seremos provavelmente o único Município em Portugal que tem dados rigorosos e fiáveis sobre a expressão fisico-motora e sobre as competências motoras das crianças dos seis aos dez anos de idade, dados esses que estão a ser analisados e estão a ser trabalhados e que oportunamente serão divulgados, pois constitui informação relevante, não apenas para as famílias, mas também para a comunidade de professores de educação física, que depois recebem essas crianças no quinto ano de escolaridade, onde pela primeira vez a educação física existe curricularmente. -----

----- - Também no dia vinte e quatro de junho acompanhei o Senhor Presidente numa visita ao Instituto Superior Técnico, certamente que o Senhor Presidente falará desta questão. Gostaria de dizer que do ponto de vista da participação do Instituto Superior Técnico naquilo que é a Agenda Estratégica de Oeiras para a Ciência e Inovação, as coisas vão de vento em popa, já há contactos muito regulares e próximos com as equipas da professora Helena Galhardas, que é Vice-Presidente do Técnico e responsável pelo polo do “Taguspark” e estamos a começar a trabalhar firmemente com o Técnico para integrarmos também mais esta instituição nas dinâmicas da agenda territorial para a Ciência. -----

----- - No dia vinte e cinco de junho acompanhei a Senhora Vereadora Teresa Bacelar numa reunião com a ANQEP -Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, no âmbito da preparação da abertura do segundo Centro Qualifica em Oeiras que ficará localizado na Outurela, na Escola Básica Integrada Sophia de Mello Breyner, cujo trabalho de instalação está em curso, a ser coordenado pelo Doutor Luís Afonso, do Departamento de Desenvolvimento

Social e está a seguir o seu caminho. -----

----- Acho que merece uma nota de esclarecimento à Câmara Municipal, nesta altura do ano o País mediático agita-se na ocasião da publicação dos “rankings” das escolas, como sabem são elaborados com as classificações dos exames nacionais dos alunos do ensino secundário.-----

----- As classificações são isso, são classificações, é um arco interpretativo extraordinariamente grande e diria mesmo até abusivo, extrair dessas classificações interpretações relativamente à qualidade das escolas, à qualidade do ensino, ao trabalho dos professores e por aí fora, no entanto, o certo é que o País mediático agita-se e faz muito ruído com as classificações dos exames e toda a gente se alçantila uns em cima dos outros para afirmar que tem as melhores escolas e os melhores resultados. -----

----- Um mau serviço normalmente prestado ao País é a mistura das classificações dos colégios privados com as classificações da escola pública, como se sabe a condição socioeconómica das famílias é uma entre muitas outras variáveis que impactam no sucesso escolar dos alunos, que de resto é algo complexo e difícil se não mesmo muitas vezes impossível de avaliar com todo o rigor e com toda a precisão, porque são muitas as variáveis que concorrem para a existência de insucesso, talvez o maior preditor seja a pobreza e a vulnerabilidade social, portanto, presta-se mau serviço quando se confunde o que não se deve confundir e quando se mistura o que é diferente, uma vez que, os colégios privados enquanto projetos educativos, tanto nessa natureza, à partida, selecionam os alunos que frequentam esses projetos educativos pela capacidade de poderem pagar, o que significa que têm em comum o facto de terem um rendimento socioeconómico médio elevado, ao passo que a escola pública acolhe todos com todas as suas dificuldades, vulnerabilidades e diferenças. -----

----- Mas porque todos se agitam e todos querem mostrar que têm as melhores escolas também vale a pena dizer que sendo este contexto e sendo do ponto de vista político esta a nossa posição, vale a pena dizer como todos dizem que entre as dez melhores escolas do Distrito de



Lisboa estão quatro de Oeiras, entre as quarenta e seis melhores do País também estão quatro de Oeiras e que os nossos resultados não nos deixam ficar mal e isso deve-se ao extraordinário trabalho dos professores, dos alunos e eu quero acreditar também que deve haver uma disponibilidade da parte deste Executivo da Câmara Municipal para ir ao encontro de tudo o que os professores precisam para o desenvolvimento das atividades que pretendam com os seus alunos e dos projetos que querem realizar nas suas escolas. -----

----- Ao longo destes anos não temos dito nunca, não temos recusado apoio nunca e temos estado sempre disponíveis para garantir os meios, os recursos e as condições aos professores e às escolas para desenvolverem os seus projetos educativos e atividades pelos seus alunos, essa confiança, essa paz e essa tranquilidade são obviamente geradoras de bons ambientes de aprendizagem e certamente que isso também terá na base dos bons resultados que estão a ser alcançados.” -----

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

----- “Vou começar por fazer alguns convites, que é sempre simpático, embora o protocolo o envie, mas não ficaria bem se não o fizesse pessoalmente a todos, até porque será um gosto de os ver nestas datas nos diversos locais. -----

----- - No dia dez, vamos fazer três inaugurações, começamos às dez horas da manhã com a inauguração ao Monumento Miolítico de Leceia, que vulgarmente é conhecido pela nova rotunda de Leceia. -----

----- - Às onze horas, iremos estar na Cidade do Futebol para a homenagem ao monumento escultórico da Cidade do Futebol, a Rotunda a Sul e a Rotunda a Norte, quero contar com a vossa presença, porque se tratou de um grande investimento por parte da Câmara Municipal de Oeiras, teve agora o seu término e no fundo reflete aquilo que pretendemos para a

nova imagem urbana destas duas localidades.-----

----- No próximo dia seis de julho às doze horas e trinta minutos na Praia de Paço de Arcos, faremos a cerimónia do hastear da Bandeira Azul, temos aqui uma simbologia que ocorre na Praia de Paço de Arcos, mas que se estende às praias da Torre, Santo Amaro e Caxias.-----

----- É um investimento que não consubstancia o presente, estamos a falar de um investimento de trinta anos, mas que este ano face a todo o contexto pandémico teve um investimento acrescido na ordem do meio milhão de euros. -----

----- Tratou-se de um investimento que não podemos falar só dele, porque muitas vezes quando estamos a falar na administração pública a parte mais fácil é o dinheiro, o problema é como gastá-lo. -----

----- Por trás do dinheiro estão procedimentos e por trás dos procedimentos estão pessoas e tenho aqui que reconhecer a enorme musculatura que nos últimos dois meses, em tempo “record”, foi desenvolvido por parte do Departamento de Ambiente para conseguir colocar no terreno toda a logística necessária para que as nossas praias tivessem as condições necessárias, tanto no âmbito do COVID, como no âmbito da grande responsabilidade que é ter Bandeira Azul. -----

----- Daí, estarem todos convidados para no próximo dia seis de julho, às doze horas e trinta minutos, na Praia de Paço de Arcos na cerimónia do hastear da Bandeira Azul. -----

----- Gostava também de informar até para não causar desinformação, porque a desinformação é o pior dos males de neste momento estarmos a fazer a substituição gradual de tudo o que é equipamento à superfície, é normal verem numa rua novos contentores de setecentos e setenta, mas ainda não terem visto os ecopontos ou os oleões. -----

----- Estamos a trabalhar nestas três frentes, oleões, ecopontos e contentores de setecentos e setenta, em todo o Município todos os equipamentos à superfície vão ser substituídos, tivemos aqui algumas dificuldades, designadamente na receção dos produtos e depois também há uma



logística interna que tem que ser montada do ponto de vista operacional. -----

----- Nos próximos meses, a imagem dos nossos equipamentos vai mudar e isso é um salto qualitativo, um compromisso deste Executivo que está neste momento a ser cumprido. -----

----- - Dar conta que o Projeto Jovens em Movimento à semelhança daquilo que a Senhora Vereadora Teresa Bacelar também mencionou, os Jovens em Movimento já estão no terreno nas praias, nas ruas, nos espaços verdes e estamos a falar de um projeto vencedor com vinte e cinco anos e não é um projeto qualquer que atinge este grau de maturidade e também aqui não posso deixar de parabenizar os Jovens em Movimento e também não posso deixar de parabenizar todas as equipas que estão nos bastidores a recrutar estes jovens e que os monitorizam ano a ano. -----

----- Sem sombra de dúvida é uma imagem do Município, é uma imagem de juventude, é uma imagem de execução, porque eles são uma mão-de-obra, mas na realidade estamos a falar de algo que é muito pedagógico para os próprios jovens e para as famílias. -----

----- O Senhor Vereador Nuno Neto já falou na Praia de Paço de Arcos e deixo aqui um agradecimento por também em tempo “record” as equipas conseguiram instalar todos os equipamentos. -----

----- - Falar aqui em duas situações que já foram mencionadas no Órgão Deliberativo, mas não tive oportunidade de informar em reunião de Câmara e que está com muito impacto na vivência que temos do quotidiano em Oeiras, está relacionada com o Visto que o Tribunal de Contas deu ao procedimento de deservagem. -----

----- Já temos o visto desse procedimento com duas empresas a Recolte e a Vibeiras, em meados de setembro ou outubro temos as empresas no terreno e quero crer que no último trimestre deste ano todas as queixas, que são legítimas, porque não há ninguém que goste de ver Oeiras com ervas nos passeios, os beirados por tratar e com os espaços verdes como estão, mas quero crer com as equipas da administração direta e com o “outsourcing” que vai estar ativo no

último trimestre a imagem de Oeiras vá mudar muito. -----

----- Dar conta também no âmbito da Proteção Civil, de um jantar reunião de trabalho que contou com a minha presença, do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente, as sete corporações de bombeiros e com o Diretor da Proteção Civil. -----

----- É uma reunião que fazemos anualmente e que está relacionada com as GOP dois mil e vinte. -----

----- No fundo, essa reunião serve para apreciar todos os pedidos que são feitos pelas sete corporações de bombeiros nas mais diversas valências, seja fardamento e EPIS, formação, novos veículos, reparação de veículos, obras nos quartéis e também se fala sobre o subsídio mensal nos grupos de primeira intervenção e também no subsídio extraordinário que ainda não veio à reunião de Câmara, mas virá na próxima após a revisão com as próprias comparticipações financeiras no que respeita ao subsídio extraordinário que o Executivo vai dar às sete corporações de bombeiros, pela perda de receita que tiveram que por via do transporte de doentes não urgentes no mês de março, abril e maio. -----

----- Foi uma reunião muito positiva e não quero deixar aqui de fazer esta observação, que em menos de três anos mais duplicámos o valor do investimento nestas sete corporações de bombeiros nas várias frentes que acabei de mencionar. -----

----- Temos feito um esforço muito significativo, obviamente, que tem repercussões diretas no nosso território em termos dos equipamentos, mas também em todo o território nacional, porque existem veículos que não têm tanta repercussão, veículos de combate ao incêndio florestal, mas está relacionada com a solidariedade institucional que Oeiras deve ter para os restantes trezentos e sete municípios. -----

----- É um investimento que tem sido feito gradualmente, mas que este ano teve um impacto muito significativo e que as sete corporações de bombeiros na atuação que têm tido em Oeiras levou a uma evolução muito positiva.” -----



13 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

----- O Senhor Presidente prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “No passado dia dezanove tive oportunidade de retomar as visitas às Freguesias, neste caso de Barcarena e Porto Salvo, porque estas visitas já têm origem antiga, mas o princípio é sempre o mesmo, é o de perante situações e a necessidade de tomada de decisões que chegam ao gabinete do Presidente da Câmara, muitas vezes, é necessário ir ao local verificar da bondade da decisão que se vai tomar e, portanto, é uma prática que eu tenho tido ao longo dos anos e que se revela de muita utilidade, sendo que, ao mesmo tempo também permite algum contacto com a população, na medida em que ainda há pessoas que consideram que é difícil falar com a Câmara Municipal ou com o Presidente da Câmara e quando o confrontam, diretamente, têm mais facilidade em expor os seus problemas. -----

----- Junta-se aqui o útil ao agradável, na medida em que se podem tomar decisões com melhor conhecimento de causa e, por outro lado, ouvem-se as pessoas. -----

----- - No mesmo dia, decorreu uma reunião com os Presidentes das Juntas de Freguesia, fazem-se reuniões cíclicas mas, neste caso concreto para anteceder a preparação das Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e um, no sentido de alertar os Senhores Presidente de Junta e de Uniões de Freguesia para a necessidade de procederem a um levantamento daquilo que consideram prioritário e que possa não estar considerado no programa da Câmara. -----

----- - No sábado fiz também uma visita ao Bairro da Outurela/Portela. Esta foi uma visita mais informal, sem aviso, porque também gosto, de vez em quando, de me deslocar a determinadas localidades sem que se saiba dessa visita e, são sempre muito úteis, porque permite um contacto ainda mais direto com a população, foi num sábado, e pude verificar, dos contactos que tive, que há algumas precauções neste contexto da pandemia, mesmo em bairros sociais, foi agradável verificar que muita gente usa máscara de proteção. -----

----- - No dia vinte e dois decorreu a tomada de posse das equipas do Projeto Tu

Participas Tu Decides Jovem mais Ativo.-----

-----É um projeto do Gabinete da Juventude, que visa criar condições para que os jovens do Concelho possam ter, não só uma participação cívica, mas também uma maior familiaridade com a política e com a necessidade e com a importância da participação política. -----

-----No fundo consiste na criação de terminadas equipas por Freguesias, no caso concreto em três Freguesias e que, durante um ano irão desenvolver projetos que serão discutidos e, eventualmente, a Câmara poderá dar andamento.-----

-----O que é importante é esses jovens sentirem que a sua participação é importante, que a política não é algo muito complicado, mas tem a ver com a vida das pessoas, tem a ver com a participação dos cidadãos e que a opinião de cada um conta.-----

-----Diria que não é relevante, neste caso concreto, os projetos que venham ser apresentados, o que é relevante é a participação dos jovens e estes sentirem que a sua dedicação a causas de relevância para o território e para as pessoas, são importantes.-----

-----Foi agradável assistir à posse dessas equipas e particularmente às intervenções que cada uma das equipas fez.-----

-----Nuns casos falou o Coordenador da Equipa, noutras casos falou mais do que um, mas foi gratificante verificarmos que os jovens de dezassete/dezoito anos, já têm um discurso devidamente elaborado e que traduz a preocupação que têm pelas questões da qualidade, mas, sobretudo, o discurso já devidamente articulado, que traduz uma boa preparação do ponto de vista educativo e isso também é auspicioso relativamente àquilo que nós pensamos daquilo que queremos que sejam as nossas escolas e que sejam os nossos alunos.-----

----- No dia vinte e três, tivemos uma reunião com o Senhor Ministro do Ambiente a propósito do Festival de Ciência de Oeiras Valley, havendo agora que estabelecer contactos ainda com o Ministro da Ciência e com o Ministro do Mar.-----

-----Esta reunião, além do mais, foi importante, porque o Ministro deu-nos a novidade



que o Governo estava a processar à alteração de algumas correções ao Código de Contratação Pública, particularmente ao Código do Procedimento Administrativo, no que respeita às reclamações e às providências cautelares, que hoje em dia criam problemas de natureza burocrática brutal e geram prejuízos de milhões ao Estado. -----

----- Quando falo no Estado, falo no Estado globalmente considerado. -----

----- - No dia vinte e quatro, fiz uma visita à casa do Igrejas Caeiro que, finalmente, as obras estão concluídas, neste momento, a única coisa que falta são os arranjos exteriores e a vedação exterior, que também está em vias de adjudicação -----

----- Neste momento tudo o que era o espólio da casa, que estava em contentores, já está dentro da própria casa. -----

----- Está a ser agora contratada uma empresa de decoração, que visa a recuperação de todo o mobiliário e, portanto, é provável que até ao fim do ano possa ser apresentada a casa Igrejas Caeiro devidamente concluída. -----

----- - No dia vinte e quatro, decorreu mais uma Assembleia Geral do Taguspark, para aprovação do relatório e contas e para recomposição da mesa da Assembleia Geral, porque como devem ter visto nas notícias dos jornais, o Presidente da Mesa, era o Reitor da Universidade de Lisboa e num determinado momento, na Assembleia Geral realizada há um mês, retirou-se e os jornais noticiaram que teria sido motivado pelo facto do Presidente da Câmara de Loures ter chegado atrasado, o que é normal, mas, na realidade, não foi o que aconteceu, na ordem de trabalhos estava a apresentação do relatório e contas de dois mil e dezanove e o Senhor Presidente do Taguspark entendeu que deveria esperar mais um pouco pela chegada do Presidente da Câmara, que representava o maior acionista, o certo é que o Presidente da Mesa irritou-se e foi embora. -----

----- Entretanto, tive oportunidade de falar com ele e ele transmitiu que havia ali algumas divergências, não explicitou quais, com o Conselho de Administração. -----

-----O certo é que o relatório e contas foi aprovado nesta assembleia, por unanimidade, com os maiores elogios aos órgãos sociais da empresa, com todos os acionistas a reconhecerem que o Taguspark mudou de vida, está a apresentar, neste momento, uma imagem completamente diferente daquela que vinha consolidando ao longo dos anos, aparentando mesmo alguma decadência. -----

----- Há um índice de satisfação muito grande por parte dos acionistas e foi recomposta a Mesa da Assembleia com o representante do BPI a assumir a Presidência, o Secretário a assumir a Vice-presidência e o nosso colaborador o Edmilson a assumir as funções de Secretário da Mesa, está, portanto, recomposta a situação. -----

----- - Nesse dia visitei o Instituto Superior Técnico, no Taguspark e sobre esta matéria, penso que vale a pena prestar algumas informações aos Senhores Vereadores. -----

-----Não há nenhum parque tecnológico, digno desse nome, se não tiver instituições universitárias fortes no seu seio e desde a fundação do Taguspark que a componente universitária era considerada como fundamental e, por isso, desde o início estava previsto o Instituto Superior Técnico, a própria Universidade Técnica, na altura, o Instituto de Psicologia, havia uma série de instituições universitárias, incluindo o INESC que iniciou as obras depois não as acabou. -----

-----A dimensão universitária era considerada relevante. Acontece que, como já é habitual neste País, as quintas surgem por todo o lado e havendo dimensão e condições para acolher, não há problemas. -----

-----A Universidade Nova que se instalou em Carcavelos, tinha condições para se instalar no Taguspark, aliás, houve negociações nesse sentido, mas os gurus da Universidade Nova achavam que tinham que ter vista sobre o mar à maneira californiana, mas não há nenhuma Universidade da Califórnia, em cima do mar. A Universidade da Califórnia mais próxima do mar está a cinquenta quilómetros. -----

-----Aqui a Universidade Nova queria instalar-se em cima do mar, e embora tenham



sugerido o Taguspark, a verdade é que foram para Cascais, mas também outras universidades que, eventualmente, podiam ter ficado no Taguspark foram para o Campus da Ajuda. -----

----- Na altura da Presidência do Professor Diamantino Durão instalou-se no Taguspark, mas depois nunca houve interesse, porque havia duas façôes no Instituto, uma defendia que se devia ampliar no Campus da Alameda, outra que devia apostar no Taguspark e, naturalmente, durante anos predominou a da Alameda e até se argumentava que os professores tinham alguma dificuldade de se deslocar para o Taguspark e os alunos também, porque aquilo tinha pouca vida.

----- Os argumentos eram mais que muito, mas, finalmente, estamos num novo ciclo no Instituto Superior Técnico.-----

----- Eu fiz esta visita, não é por acaso, porque já tinha tido reuniões com o atual Presidente do Instituto Superior Técnico e nos mandatos dos anteriores presidentes, nunca fui convidado para visitar o Instituto Superior Técnico numa ótica de cooperação/partneria com a Câmara.-----

----- Houve mesmo uma altura em que falavam em vender as instalações do Técnico.-----

----- Tive conhecimento da situação e fiz saber que a venda das instalações do Técnico, só para outra universidade, não permitíamos que vendessem as instalações do Técnico para uma empresa qualquer para serviços, até porque o capital social do Técnico, no Taguspark, foi realizado com fundos comunitários, muita gente não sabe isto, e se construiu aquele edifício. Há aqui, de facto, um incentivo do Taguspark da instalação do Técnico no seu território. -----

----- Foi com uma grande satisfação, posso dizer, que o atual Presidente do Instituto Superior Técnico tem exatamente o mesmo pensamento que a Câmara e que o Taguspark tem relativamente ao que deve ser o papel das universidades no Técnico e o atual Presidente do Instituto fala mesmo, e eu estou de acordo, que há condições de fazer no Taguspark o maior Campus Universitário deste País, porque tem todas as condições para isso, todos os outros confrontam-se sempre com o problema do espaço e ali não há problema do espaço e, portanto, o

objetivo é que a breve trecho aumentem o número de licenciaturas que ali são ministradas, vão fazer uma requalificação do próprio edifício e a Câmara Municipal irá apoiar na requalificação dos espaços exteriores.-----

-----Estamos a fazer um projeto em cooperação com a Faculdade de Motricidade Humana, faz todo o sentido que façamos também com o Instituto Superior Técnico. -----

-----A grande prioridade deles, neste momento, é criar mais residências universitárias. Têm noventa camas e pretendem mais cento e cinquenta/duzentas, a Câmara vai ter setenta camas na Fábrica da Pólvora e, portanto, há todas as condições para no Taguspark fazer residências universitárias, sobretudo, na segunda fase da expansão do Taguspark.-----

-----Eu julgo que em breve, a Câmara Municipal se irá debruçar sobre essa questão, está prevista uma solução mista, escritórios, mas também habitação, comércio e serviços, para dar mais vida ao Taguspark.-----

-----É uma boa notícia o próprio Instituto Superior Técnico considerar estratégica a posição no Taguspark e procurar fazer ali o melhor Campus Universitário, no que diz respeito a todas as disciplinas, licenciaturas na área das tecnologias de informação e telecomunicações.-----

----- No dia vinte e cinco, às dezoito horas e trinta minutos, tivemos uma reunião com técnicas do Serviço Social das IPSS do Concelho. Já tínhamos tido uma reunião com as Técnicas de Serviço Social das Juntas de Freguesia.-----

-----Fizemos a reunião, porque passada esta fase da desconfinação e toda esta mobilização que foi necessário fazer do combate ao COVID, era importante que expressássemos o reconhecimento a todos esses profissionais que diariamente lutaram e se sacrificaram para que os efeitos fossem atenuados, mas ao mesmo tempo para passar melhor mensagem a todos de que a Câmara Municipal continuava com a mesma disposição determinada de manter todos os apoios às instituições de solidariedade social que no terreno acompanham as necessidades de famílias, sejam os idosos, os mais necessitados, carenciados, social, economicamente, enfim, todos,



porque, como sabem, nem sempre a mensagem da Câmara passa bem, porque houve mesmo situações em que a Câmara estava a financiar na totalidade custos de refeições e ao mesmo tempo havia outras entidades a dizer que eram precisos géneros alimentícios para fazer essas refeições, então quisemos juntar aqui toda a gente, explicarmos como é que tudo isto tinha funcionado, expressar o nosso reconhecimento e incentivar as pessoas para que continuassem com a mesma determinação e nós sabemos que nestas coisas “as palmadinhas nas costas” nem sempre são suficientes, mas quando não temos mais nada para dar uma palavra de reconhecimento é importante e eu não tenho dúvidas que foi muito oportuna essa reunião, as pessoas gostaram de estar connosco e estou convencido que foi um suplemento de alma para toda essa gente, que todos os dias trabalha, para que outros tenham melhores condições de vida. -----

----- - Depois tivemos um jantar com os Presidentes e com os Comandantes dos Bombeiros. -----

----- - No dia vinte e seis, fizemos uma visita a Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo. -----

----- Gostaria de dar conhecimento de algumas situações que verificamos, por exemplo, por trás da Rua Sacadura Cabral, nas traseiras do Aquário Vasco da Gama há um conjunto de sete ou oito condomínios, que há mais de trinta anos têm uma encosta, que não é tratada e que muitos dos moradores pensavam que era da Câmara Municipal, mas não é, estivemos a ver o loteamento, é uma coisa absurda, porque estão construídos os prédios, mas ao nível do rés-do-chão de cada prédio, tem um logradouro, depois tem uma muralha com sete metros de altura, que é uma muralha de suporte das terras, depois mais acima tem um outro muro, que dá para o Instituto Espanhol e para a Escola da Junça e todo aquele logradouro está distribuído em sete ou oito, embora não esteja lá nada marcado mas tem sete ou oito proprietários que são os respetivos condomínios. -----

----- Os condóminos não estão interessados em tratar daquele espaço, mas reclamam

porque há muita vegetação, arborização, o lixo que se acumula, vamos iniciar um processo de audição de todos os administradores daqueles condomínios para ver se estão de acordo que a Câmara Municipal, uma ou duas vezes por ano, vá lá fazer uma limpeza, uma desmatação, etc., porque eles não são capazes de fazer.-----

----- Depois estivemos na Rua Bombeiros Voluntários de Algés, onde foi construída uma rampa há meio ano, era reclamada há mais de quinze ou vinte anos, finalmente foi feita a rampa, aliás, não sei por que demorou tanto tempo a fazer, porque o projeto estava feito há vários anos. -----

----- Entretanto, os moradores do prédio ao lado querem uma rampa, mas ela já está lá, mas tem uma pendente acentuada, por isso é necessário atenuar a rampa e colocar um corrimão.-----

----- Passamos dali para a Igreja de Miraflores. -----

----- Agora todos os escuteiros querem instalações. Sempre estiveram nas paróquias, mas vêm os de Nova Oeiras que têm instalações, os de Queijas que vão ter instalações, os de Barcarena com instalações na Fábrica da Pólvora de Barcarena, mas, como ocuparam um espaço nobre na Fábrica da Pólvora, onde a Câmara pretende fazer exposições, etc., e como só usam aquele espaço ao fim de semana, não faz sentido e, portanto, pretendemos tirá-los de lá e irão ocupar um pavilhão em Barcarena.-----

----- Ficaram de apresentar um programa sobre as necessidades que têm, para manter-se na Igreja, mas, ao mesmo tempo, poder ter uma ampliação no Jardim da Quinta de Santo António. -----

----- O mais importante desta visita é que a Igreja de Miraflores não tem propriamente um adro. O adro é em calçada de vidraço e as escadas são de betão. Irá ser construído um pavimento em granito à volta da Igreja e as escadas irão ser concluídas.-----

----- Passamos a Linda-a-Velha, à Rua Carolina Michaelis, que está neste momento em obras, e o mais importante daquela via é o separador central que está a ser construído e está a ser



objeto de muita reclamação. Os moradores estão a protestar, porque consideram que pode haver ali uma fila para a rotunda da Carris ou então se vier uma ambulância e tiver que parar, porque tinha quatro faixas de rodagem, passa a haver duas gera-se uma fila enorme. -----

----- Na realidade, as medições estão feitas e permite que se um carro ficar parado, os outros passam, mas é preciso terminar a obra, porque é daquelas obras, que suscita muita reclamação antes e depois de concluída ficam satisfeitos, mas se houver erros, corrigem-se -----

----- - Depois fomos para as Biscoiteiras onde há um problema que se arrasta há mais de cinquenta anos. Há a capela de Linda-a-Velha, depois há um terreno abandonado que vai até às Biscoiteiras e onde as pessoas reclamam uma passadeira ou uma passagem e uma rampa também, porque tem uma escada muito íngreme, e os idosos têm muita dificuldade em se deslocar. -----

----- A Câmara aprovou o projeto há uns anos atrás, esse projeto, entretanto não avançou, o dono dos terrenos foi para Marrocos, entretanto soubemos que o terreno terá sido vendido há pouco tempo e aguarda-se a apresentação do projeto para aquela zona. -----

----- Tivemos a inauguração da praia “PET Friendly”. Não me surpreendeu, porque havia muita gente a reclamar a existência de uma praia para cães.-----

----- Apesar da muita inteligência que os cães têm ainda não é conveniente que vão sozinhos à praia, portanto, devem ser acompanhados.-----

----- Eu gostei de ver o entusiasmo dos animais e dos donos, a simbiose que se estabelece em termos de felicidade, entre os donos e os animais é muito importante.-----

----- Tive oportunidade de dar uma entrevista à televisão e dizer que a nossa prioridade eram as pessoas, por isso tínhamos praias acessíveis, mas confesso que não deixo de ficar surpreendido, pelos valores, não digo que seja uma inversão de valores, e acho que isto é bom dizê-lo, para despertar a consciência das pessoas, porque há dias dizia-me a Vereadora Joana Baptista que foi passear o filho e viu uma quantidade de gente a passear os cães, não viu passear as crianças. É uma coisa estranha, porque há quarenta ou cinquenta anos atrás era vulgar as

pessoas à noite passear com as crianças. -----

-----Nós inauguramos uma praia cujo custo é da ordem dos três mil euros por mês, que é o pagamento aos nossos funcionários para fazer a limpeza.-----

-----Inauguramos uma creche para tratar de crianças, no valor de um milhão e meio de euros, não parece na televisão, é uma coisa estranha, hoje inauguramos uma coisa destas, estão as televisões todas, há qualquer coisa que não está bem na nossa sociedade, aliás não é de agora, há trinta anos já se dizia que se queria uma boa notícia, não era pôr um cão a morder o homem, mas o homem a morder o cão.-----

----- A Praia Acessível começa hoje, na Praia de Santo Amaro de Oeiras.-----

14 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES:-----

-----O **Senhor Presidente** dando resposta às questões colocadas pelos Senhores Vereadores esclareceu o seguinte:-----

-----“Quanto ao estacionamento para os Senhores Vereadores devia ter sido tratado, mas será certamente para a próxima reunião. -----

-----Relativamente às baías das praias e as pontas pontiagudas, a **Senhora Vereadora Joana Baptista** tomou nota e irá resolver a situação.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“No que respeita às baías são idênticas às baías dos trezentos e sete Municípios, são em ferro e depois no meio têm a dizer Câmara Municipal de Oeiras, naturalmente, as crianças não podem pôr lá as mãos.” -----

-----O **Senhor Presidente** argumentou:-----

-----“Podem melhorar. Eu estou de acordo com a **Senhora Vereadora**, uma coisa é ter uma chapa pontiaguda, outra coisa é dobrar a chapa, não há problema nenhum. A chapa está ao meio e tem que se resolver o problema. -----

-----É exatamente a mesma coisa quando se faz o lanchil de um separador, o empreiteiro,



no início e no fim não pode pôr as pedras pontiagudas, têm que arredondar os lancis que são colocados, porque se vem uma mota, um carro, ou uma pessoa que bata, uma coisa é batermos numa superfície redonda, outra coisa é batermos numa superfície pontiaguda, por isso vamos tratar disso.-----

----- Há uns anos atrás um arquiteto fez uma rotunda, no Alto de Algés, fazendo uma separações na rotunda com aço quarterner, e eu passava naquela rotunda e ao olhar para aquela pontiaguda só pensava no cúmulo do arrepi: “um indivíduo nu escorregar por um corrimão que é uma lâmina e termina numa bacia cheia de álcool”, portanto só pensava, um carro que perca os travões vai contra aquele rotunda o carro fica cortado ao meio, o arquiteto não gostou, mas mandei cortar e agora vocês vão à rotunda o ferro está lá mas é uma superfície redonda e já não causa arrepios.”-----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Naturalmente que este Executivo está consciente, mas em tudo na vida, tem que ponderar o bom senso, vou dar o exemplo, neste momento, nos processos de reabilitação das escolas foi abolido, não há nenhum banco em nenhuma escola com pontas pontiagudas, nós podemos ter esse cuidado nas baias, mas também os pais devem tomar conta das crianças, e há aqui outro patamar, há muito mobiliário na via pública que tem pontas pontiagudas e que é incontornável.”-----

----- **A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Vereadora o bom senso impõe, acho que os pais tratam das crianças, mas os acidentes acontecem, e eu trouxe aqui uma denúncia de um munícipe em concreto, que frequentou a praia e aconteceu essa situação concreta e estando a Câmara Municipal desperta para essa questão, pode haver uma solução técnica que resolva o assunto.”-----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista diz que é o mesmo que acontece em todas as câmaras, não é, porque nem todas as chapas têm as letras recortadas algumas têm desenhadas

num retângulo e se a Câmara puser uma chapa por trás daquilo ou outra solução qualquer, outro material, o problema deixa de existir, penso que não é uma coisa muito complicada. -----

-----Eu fiz a denúncia, agora cabe à Câmara Municipal resolver.” -----

-----**O Senhor Presidente** argumentou:-----

-----“Tem solução vamos tratar disso. -----

-----Relativamente à limpeza de terrenos em Talaíde estão a ser negociados pela Câmara, porque aquilo é a Quinta de Santa Bárbara, que é da família Sabido e nós temos um projeto para construção de uma Avenida desde a entrada de Cascais até Leião e estamos a negociar esses terrenos e a negociação está já relativamente avançada e juntamente com os Serviços esse problema se resolverá.-----

-----Quanto aos quarenta e cinco anos da Constituição da República, estou inteiramente de acordo que o Departamento de Cultura da Câmara comece a pensar nisso. -----

-----Eu diria que é fundamental que a Constituição da República Portuguesa seja conhecida, sobretudo pelos órgãos de soberania, mais do que pelo povo, pelos órgãos de soberania, porque quem nota desconhecê-la são os órgãos de soberania que não cumprem, porque o povo tem minimamente a noção dos seus direitos. -----

-----Agora o problema é que quem viola a Constituição não é o povo, quem viola a Constituição são os órgãos de soberania, de maneira que eu estou inteiramente de acordo consigo.-----

-----Quando falo nos órgãos de soberania estou a falar dos titulares dos órgãos de soberania, que com frequência acham que a Constituição são eles, de maneira que eu estou inteiramente de acordo, tudo quanto se possa fazer, para que a Constituição da República seja divulgada, foi uma excelente ideia e vamos no Departamento de Cultura da Câmara fazer isso.---

-----Relativamente ao COVID-Dezanove e a propósito da posição do Presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras, formula uma coligação nacional contra a pandemia.-----



----- Eu tenho uma grande admiração pelo Presidente da Câmara de Cascais, tem tido uma posição muito pró-ativa nesta matéria e acho que a Câmara de Cascais até investiu muito no combate ao COVID em áreas que Oeiras não investiu, nós investimos mais nas pessoas, nas instituições, não investimos tanto em equipamento, não comprámos nenhum crematório, nem nenhum contentor para cadáveres, nem autocarros para fazer os testes. -----

----- Trabalhamos com o Serviço Nacional de Saúde, não estou a dizer com ironia, cada Câmara faz o investimento que entende e eu leio este artigo e, sinceramente, não o consigo compreender, porque é um texto que fala numa coligação nacional contra a pandemia. Estamos todos de acordo, depois faz uns grandes elogios ao Secretário de Estado Duarte Cordeiro, que removeu burocracias inexplicáveis em contexto de pandemia. Eu que sou um indivíduo muito complacente com o Governo, estou sempre a elogiar o Governo, porque devo elogiar, mas não percebi quais foram as burocracias que estão em causa, a Câmara de Oeiras nunca se queixou de falta de dados, nem de informação, tivemos sempre a informação que necessitávamos, não nos interessa saber se no primeiro andar esquerdo está alguém contaminado, interessa-nos que a polícia saiba que no primeiro andar esquerda alguém está contaminado, a nós o que nos interessa saber é se no bairro A, na rua tal, quantos contaminados é que há, não nos interessa saber se o Francisco está infetado, ou uma Antónia, interessa saber quantos são do Concelho, quais as áreas mais infetadas para podermos tomar medidas a nível territorial.-----

----- Depois faz críticas em relação aos transportes, e estávamos bem arranjados se cada Presidente de Câmara fechasse as suas fronteiras aos transportes e tínhamos um interface na fronteira de cada Concelho.-----

----- Um jovem trabalhador que venha de Vila Franca de Xira teria um interface em Loures, outro na Amadora, outro em Oeiras e outro em Cascais. Obviamente que isto não é razoável. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara de Cascais para quem começa por propor uma

coligação nacional, termina como autoridade de transportes municipal se até ao fim desta semana a Área Metropolitana não resolver, ou seja, multiplicar o número de transportes e neste momento a Área Metropolitana manda tanto nos transportes como eu, portanto, é uma coisa extraordinária, o que eu acho estranho é Presidentes de Câmara, serem masoquistas e considerarem que as Câmaras Municipais ou a Área Metropolitana tem algum papel, neste momento, nos transportes. Não têm. A Área Metropolitana de Lisboa nos transportes manda zero, a Área Metropolitana dos Transportes mandará na sequência do concurso que está em procedimento. -----

----- Quando for adjudicada a nova concessão dos transportes, a Área Metropolitana dos Transportes estará no seu ponto máximo, porque esta concessão é do Estado, não é das Câmaras Municipais, nem é da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Ontem houve um jovem socialista que foi à reunião da Assembleia Municipal e ainda bem, há que reconhecer a nobreza do grupo parlamentar do Partido Socialista, que não lhe deu cobertura, porque veio expor uma série de situações que devia expor à Senhora Ministra da Saúde ou ao Diretor Geral de Saúde.-----

----- As Câmaras Municipais por muita capacidade que tenham e do nosso caso até temos, nunca nos ouviram desculpar que não temos dinheiro, do ponto de vista financeiro, nós estamos disponíveis para afetar tudo aquilo que seja necessário, nós até pudemos oferecer ventiladores, fomos ao ponto de oferecer vinte e tal ventiladores ao Serviço Nacional de Saúde, e além da Senhora Ming, foram os primeiros ventiladores que o Serviço Nacional de Saúde recebeu, porque embora o Governo também tenha feito uma encomenda de quinhentos, os primeiros cem, estavam na embaixada portuguesa de Pequim, portanto, acho que é motivo de satisfação nós sabermos que os primeiros ventiladores adquiridos por Portugal foram os da Câmara de Oeiras, além dos da Senhora Ming, portanto, nós podemos oferecer ao Serviço Nacional de Saúde aquilo que entendemos e fizemos no início da pandemia, oferecemos equipamento de proteção individual aos hospitais, agora nós não temos os médicos, não temos os enfermeiros, o combate



sanitário é feito pela autoridade de saúde, não é pelas Câmaras Municipais, estas, o que têm que fazer é complementar toda a ação do Governo do ponto de vista social, da segurança, a sensibilização das pessoas no sentido de se protegerem, não é querer responsabilizar as Câmaras Municipais.-----

----- Em Oeiras, a Câmara tem uma determinada liderança, é o responsável, então o Partido Socialista ataca aqui, em Loures a liderança é do Partido Comunista, então o Partido Comunista ataca o Governo, o PSD ataca o Partido Comunista, porque é liderança e então em cada Município, o responsável é diferente, a pandemia a dada altura, é responsável de acordo com quem está no poder, as coisas não são assim, a pandemia é nacional, é internacional. Todos podemos contribuir para a combater, com as competências de cada um.-----

----- A dada altura houve um grande consenso que se começou a cobrar e era bom que não se quebre.-----

----- Eu também considero que um dos problemas são os transportes. Eu acho que os transportes é o meio de contaminação mais forte que há, e no caso de Oeiras admito que haja uma tendência de crescimento, porque à medida que há um desconfinamento, nós temos muita gente que anda de transportes.-----

----- Vos dar um exemplo, ainda ontem recebi representantes da AUCHAN, que vai mudar a sede para o Concelho de Oeiras e me disseram que oitenta/noventa por cento do pessoal deles vem todo de fora do Concelho, não conseguem recrutar gente em Oeiras e vêm, sobretudo, da Margem Sul, por isso eles próprios vão pôr transporte em Alcântara, na Gare do Oriente e no Marquês de Pombal.-----

----- Eles estão a tentar desfasar horários, uns entram às oito horas, outros às nove horas, outros às dez horas e a saída a mesma coisa, uns saem às dezasseis horas, outros às dezassete horas, outros às dezoito horas, realmente acho que isto é possível, mas à medida que se verifica mais o trabalho presencial, por via do transporte público haja um aumento de infetados no nosso

Concelho e nós temos que estar preparados para isso. -----

-----Não vejo como podemos combater isso. Fechar as entradas como diz o Presidente Carreiras, é estarmos a rebentar com a economia. -----

-----O Senhor Vice-Presidente está a dizer-me que na semana passada, o Conselho Metropolitano, onde está representada a Câmara de Cascais, não puseram nenhum problema e nem fizeram nenhuma intervenção. -----

-----Vir para os jornais comentar estas coisas e no local próprio não o discutir, é estranho. São estilos. -----

-----Oeiras não funciona assim, nós pomos o problema a quem de direito, nomeadamente ao Governo, etc., divulgamos quais são as medidas que estamos a tomar, isso devemos fazê-lo, mas estar a responsabilizar A ou B, é demasiado grave. -----

-----Podemos ter determinadas críticas, falámos dos transportes, com certeza que, às vezes, há sinais que são contraditórios, o Primeiro-ministro e o Presidente da República, num determinado momento, para dar um sinal de que a economia não pode parar e temos que retomar, então o Primeiro-ministro vai até à praia e o Presidente da República vai a um espetáculo, mas eu hoje mesmo tive de cancelar nove espetáculos do Festival Sete Sóis Sete Luas, estava tudo pronto para ser realizado, quando me disseram que se ia ter no mínimo trezentas pessoas, tive que dizer que não podia ser, mas quando o Presidente da República vai a um espetáculo do Bruno Nogueira, se calhar, se fosse um espetáculo de outro qualquer o Presidente da República não ia, mas como o Bruno Nogueira está na moda, agora é o humor, o Presidente da República foi lá, é claro que na altura seria para abrir a economia, a esta distância o Presidente da República se calhar já se arrependeu de lá ter ido, porque as coisas começaram a complicar-se e as pessoas já vêm dizer que o Presidente da República foi ao espetáculo e nós não podemos sair de casa, eu não posso estar com os amigos no café, só podemos estar cinco na praia. -----

-----Está-se a criar uma situação de alerta. Por acaso, fui a um bar, era o único, as mesas



já tinham sido todo recolhidas, a minha mesa era a única, acho que eles por respeito não me mandarem embora e, de repente, aparece a Polícia Municipal, que me disseram que foram chamados porque havia um ajuntamento. -----

----- Na altura que eu cheguei, estavam seis ou sete pessoas, estavam a falar alto, e alguém dali se incomodou com o barulho, e chamaram a Polícia Municipal e quando esta lá chegou eles já tinham ido embora, mas isto dá uma visão positiva, porque a Polícia Municipal apareceu e a PSP há um mês que não aparecia, porque não tinha carro, mas agora já tem, porque a Câmara já ofereceu viaturas à PSP. -----

----- Em relação ao COVID estamos com o dispositivo montado, continuamos a apoiar todos os que precisam, vamos procurar incidir mais nas pequenas e médias empresas, em relação aos idosos, etc., vamos ter que continuar a manter todo o apoio ao nível de refeições, etc., bem como todo o apoio aos profissionais da saúde que dormem nos hotéis para não irem para casa. -----

----- É aqui que deve incidir o nosso apoio e no que respeita ao equipamento de proteção individual quando for necessário compramos mais equipamento, não podemos permitir que quem precise não tenha os equipamentos necessários. -----

15 - APRESENTAÇÃO SOBRE CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA: -----

----- A **Senhora Vereadora Marlene Rodrigues** referiu o seguinte: -----
----- “Eu queria apenas dizer aos meus colegas e a todos os presentes que não se trata propriamente de uma injeção de Contratos Locais de Segurança, mas antes o repor a atualidade deste mesmo contrato local, uma vez que, na primeira vez não havia som, estávamos no início dos projetos e agora o trabalho avançou muito mais e é nesse sentido que nós quisemos, a pedido do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, trazer-vos este pequeno vídeo que dura onze minutos. -----

----- Nos Contratos Locais de Segurança houve uma mudança, nesta última geração deixou de ser um contrato com o Ministério da Administração Interna e com os Municípios,

deixou de ter uma vertente de policiamento e de ação punitiva, mas muito mais de combate às vulnerabilidades e segurança. -----

-----O Contrato Local de Segurança em Oeiras está localizado no Bairro dos Navegadores, em Porto Salvo e no Bairro Portela-Outurela, em Carnaxide. -----

-----Leva a cabo o trabalho através das unidades orgânicas, por exemplo, já foi dito aqui que as visitas aos bairros são efetuadas duas vezes por semana e com estas visitas fazem-se relatórios que são enviados nos seus diversos pontos para as unidades orgânicas, portanto, trabalhamos com as unidades orgânicas da Câmara Municipal de Oeiras, que desde já agradeço todo o trabalho que tem sido feito e ao mesmo tempo procuramos uma proximidade com a população e sensibilizar neste momento de COVID-Dezanove. -----

-----Nós costumamos ir lá em conjunto com a Polícia Municipal e PSP e procuramos fazer essa sensibilização. -----

-----Depois também temos uma articulação com os serviços desconcentrados que é com a tutela, o Ministério da Segurança Social da Justiça da Saúde e da Educação e depois temos realmente algo que é muito nosso, são projetos que são levados a cabo em ambos os territórios, são doze, sendo que dois deles são a ajuda e a participação do Ministério da Administração Interna e os restantes dez são subsidiados pela Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----É esta última vertente que nós queremos trazer aqui, os doze projetos. -----

-----Para além disso, agradecer a todas as pessoas envolvidas no Contrato Local de Segurança, quer das unidades orgânicas, quer a minha equipa, gosto muito de trabalhar convosco, quero agradecer o trabalho que se tem vindo a desenvolver e também ao Senhor Presidente por permitir que este trabalho se desenvolva.” -----

-----O **Doutor Luís Afonso** fez a apresentação, através de um vídeo dos Contratos Locais de Segurança. -----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Isto mostra a gente de Oeiras, crianças, jovens, famílias e mostra sobretudo pelas imagens que apresenta como as pessoas podem ser felizes. Isto é bem diferente do cinzentismo que apresentavam nos bairros de barracas em que não víamos este rosto, o que vemos agora e estas expressões que aparecem neste vídeo não têm nada a ver com as expressões das crianças, as crianças teoricamente são sempre felizes, porque têm a sua ingenuidade, portanto, vão sendo conformadas por aquilo que as rodeia ao longo dos anos e realmente este vídeo mostra imagens de projetos que estão em curso, no âmbito dos Contratos Locais de Segurança que passam à margem das grandes notícias de comunicação social, mas para quem os viu e para quem os acompanha é extraordinariamente gratificante, porque nós sabemos que este é um trabalho cujos resultados não se devem, por dias ou por meses, obviamente que só faz sentido se durante anos a persistência nos levar a cativar cada vez mais crianças, jovens, famílias, porque são vinte num projeto, são cinquenta noutro, a dada altura, uns vão transmitindo aos outros e depois importa fazer realmente a avaliação do efeito e da soma de todos estes projetos. -----

----- Realmente faz todo o sentido que projetos desta natureza surjam num contexto de Contratos Locais de Segurança, no caso de Oeiras abarca dois bairros, mas é nosso propósito que estes projetos sejam alargados a todo o Concelho, julgo que até ao fim do ano nós iremos estudar uma forma, em primeiro lugar, os bairros municipais, mas tanto quanto possível este conceito é importante sermos capazes de transplantar por todo o território. -----

----- Se pensarmos que andamos nisto há dois anos e meio mais ao menos, porque foi logo no início do mandato que se arrancou com estes projetos, nesta matéria não podemos ser impacientes, temos de ser persistentes. -----

----- Eu acho que foi dado um passo importante, as pessoas que trabalham nesses projetos têm que ser pessoas especiais, isto não é para qualquer um, tem de ser pessoas com uma particular sensibilidade para lidar com as pessoas, com jovens e crianças muito insatisfeitos, uns sem ambição nenhuma, outros com uma ambição desmedida, porque é aquilo que vêm nas

televisões, portanto, isto é um trabalho que paulatinamente tem que se ir fazendo e no fundo implica da parte de todos aqueles que trabalham neste meio ter uma sensibilidade e uma preparação extraordinária. -----

-----Eu tenho uma grande admiração por todas as pessoas que nestes contextos, muitas vezes adversos, conseguem trabalhar e apresentar resultados. -----

-----Não se faz grande enfase à questão da música, mas julgo que a música e o desporto são, de facto, atividades que podem mobilizar muito as crianças e os jovens deste bairro. -----

-----São muitos os bairros com crianças, com jovens, com adultos, com as famílias, isto tem que ser transversal do ponto de vista etário a todos os grupos. -----

-----Mas este vídeo de alguma forma mostra o trabalho que foi feito ao longo destes dois anos e tal, de maneira que, eu quero felicitá-los a todos, à Senhora Vereadora Marlene Rodrigues que agarrou nisto há um ano e pouco, o Doutor Luís Afonso foi o primeiro a trabalhar neste projeto ainda não era diretor de departamento e todos aqueles que têm trabalhado no departamento social, os meus parabéns. -----

-----Daqui a um ano devemos fazer outro balanço ou até antes disso, isto era para ser apresentado ao Secretário de Estado da Administração Interna que tem acompanhado os Contratos Locais de Segurança. -----

-----A doutora Isabel Oneto era realmente uma mulher extraordinária, uma governante muito interessada e empenhada nestes projetos, acontece que o atual secretário de Estado tomou posse praticamente pouco depois ou antes do início da pandemia e ainda não houve oportunidade de termos uma reunião de trabalho com ele. -----

-----É óbvio que com apoio do Estado ou sem apoio do Estado, no caso de Oeiras, nós já não vamos parar, mas é óbvio que esses projetos podem ter sempre um impacto maior se realmente da parte do Governo, designadamente os organismos da Administração Central, houver maior envolvimento. -----



----- Eu fiz questão que fosse apresentado aos Senhores Vereadores, porque com frequência há muitas coisas que nós fazemos que ocorrem no terreno e não se tem bem a noção do impacto destas coisas nas pessoas, isto são aspetos positivos do que a Câmara Municipal com a colaboração do Governo se está a fazer. -----

----- Hoje tanto se exacerbam os ânimos, o ódio, tudo é negativo, o racismo, generaliza-se tudo, etc.. -----

----- Qual é a melhor forma de combater esses ódios e preconceitos? -----

----- É através da criação de igualdades de oportunidades às pessoas, de combater desigualdades, de olhar para elas como elas são, independentemente do seu estatuto social, a cor ou religião e é o que esses vídeos transmitem. -----

----- Realmente é possível convivermos todos com respeito uns pelos outros, mas é curioso, esta pedagogia lamentavelmente não se faz. -----

----- Há trinta anos, uma apresentação destas tinha aqui as televisões todas, hoje ninguém se interessa. -----

----- Isto é positivo, é construtivo, levanta o ânimo das pessoas, enobrece, dá-nos grandeza e aquilo que hoje é mediático é justamente aquilo que mais negativo as pessoas têm e o que a comunidade tem é isso que se procura exacerbar.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Este vídeo mostra aquilo que é necessário fazer, a interligação que se faz nos bairros e como o Senhor Presidente disse e bem, isto não é notícia, notícia é quando alguém num bairro faz qualquer coisa de mal. -----

----- Eu quero dar os parabéns à equipa que fez este trabalho e está a fazer este trabalho, é evidente que este programa já existe há muitos anos noutras sítios, eu tive a oportunidade de ter programas desta natureza, não só em relação a este setor, que agora falam, com a intervenção da polícia e o trabalho conjunto, até os polícias jogam à bola com os africanos do bairro e nunca

houve problema. -----

-----Na altura com a Orquestra Geração era uma forma de responsabilização, para perceber que as pessoas aprendem hábitos de relacionamento, de responsabilidade diferente, por isso, trabalhou-se muito nessa questão.-----

-----Constou que na altura era importante também o apoio psicossocial às escolas do ensino básico, porque a maior parte das crianças dos bairros não eram acompanhadas e não se sabia o que é que se passava, porque não havia interligação entre a escola e a família.-----

-----Outra questão que se colocou tinha a ver com uma escola diferente, por isso, na altura foi feita uma escola das profissões e do desporto, porque à gente que dá mais apetência e mais motivação se for uma escola que permita fazer atividades, as quais eles gostem e isso faz-lhes bem. Permitiu que muita gente dos bairros conseguisse ter uma creche e ir à escola aprender, muita gente conseguisse fazer o curso e ir para a universidade e alguns conseguiram superar.-----

-----Depois é esta questão, desde que as pessoas tenham oportunidades, tenham programas e tenham apoio, de facto, as pessoas conseguem dar um salto.-----

-----Por isso, quero dizer à Senhora Vereadora Marlene Rodrigues e à equipa toda que tem trabalhado neste processo que ao princípio é difícil, mas depois temos prazer, satisfação e orgulho naquilo que vamos conseguindo, eu acho que vocês já o estão a sentir, vai valer a pena fazer este esforço, o meu muito obrigado e continuem.-----

-----Agora é preciso evoluir para outros saltos mais à frente que estão mais avançados para que os jovens não se percam na rua e possam ter um caminho igual aos outros com sentido de oportunidade, de acabar um curso, fazer formação profissional ou ir para a universidade.-----

-----Eu tenho orgulho de alguns jovens terem feito o décimo segundo ano ou o acesso à universidade.-----

-----Isto é uma questão que atinge todos, pessoas de todas as raças e etnias, é preciso



Câmara Municipal
de Oeiras

trabalhar com todos, sei que não é fácil ao princípio, mas depois vai lá, quando se trabalha com estes miúdos de início às tantas começam a ter outras formas de olhar para os outros, por isso, digo que das coisas que mais satisfação me deu foi uma jovem cigana ter ido para a escola das profissões, ter feito a admissão e se ter licenciado em medicina, acho que é uma coisa fabulosa, já é difícil com africanos de bairro, mas é muito mais difícil com uma mulher cigana, porque há um conjunto de questões, dizem eles de cultura, que leva muitas vezes a que as mulheres sejam olhadas de outra forma.-----

----- Ainda bem que existe gente que tem uma forma de encarar diferente, porque apesar de haver apoios do Governo ou não, só se faz com a prata da casa e com esse tipo de apoio e empenhamento, é esse o agradecimento à Senhora Vereadora Marlene Rodrigues, mas também toda a equipa que tem trabalhado no projeto.”-----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Eu gostaria de fazer aqui um agradecimento à Senhora Vereadora Marlene Rodrigues, à respetiva equipa liderada pelo Doutor Luís Afonso, à Rita, ao Bruno, estão aqui sentados no auditório da Assembleia Municipal, mas este trabalho dos Contratos Locais de Segurança não se faz sentado no auditório da Assembleia Municipal e muito menos no gabinete, portanto, como Vereadora estou grata por todo o trabalho que vocês têm feito no terreno, aliás, no outro dia em visita de trabalho que tivemos à Freguesia de Porto Salvo conseguimos, não foi combinado, comprovar que vocês estavam no terreno, estavam no Bairro dos Navegadores os dois técnicos a entregar folhetos numa vertente pedagógica junto dos moradores. -----

----- Bem sabemos o potencial e a capacidade que temos nos residentes e nos moradores dos bairros municipais e devemos capacitar os jovens, porque esses jovens dos bairros municipais são o nosso futuro, a transversalidade deste programa, porque não abarca só um serviço, abarca todos os Serviços na Câmara, naturalmente, estão envolvidos a limpeza urbana, os espaços verdes, a Divisão de Gestão Ambiental, com o projeto Bairro Feliz, a Habitação, o

Senhor Vereador Nuno Neto, a Polícia Municipal, a Polícia de Segurança Pública e quando está um grupo de trabalho tão vasto, muitas vezes é difícil de segurar as rédeas. -----

----- Todos nós sabemos o quanto é difícil muitas vezes falar e muito mais difícil é executar no terreno.-----

----- Também fico satisfeita que o nosso Presidente alargue este desafio e deixe que os Contratos Locais de Segurança deixem de ser só o Bairro dos Navegadores e Outurela e passem a ser em todos os bairros municipais do nosso Concelho, Oeiras assim o exige, de facto, assim marcamos o ritmo. -----

----- Não queria também deixar de dizer que este Executivo e durante este mandato temos feito uma aposta muito forte nesses dois bairros, tanto eu como o Senhor Vereador Pedro Patacho encarámos a reabilitação das escolas que estão na Outurela, a Amélia Vieira Luís e a escola Pedro Álvares Cabral como um desafio e um objetivo, uma delas já está parcialmente executada é a Amélia Vieira Luís e o Senhor Vereador Pedro Patacho pode testemunhar.-----

----- A comunidade escolar estava descrente que a Câmara Municipal de Oeiras apostasse naquele território, consideravam-se esquecidos e é esta a política que nós temos que exercer, aquelas comunidades não estão esquecidas, estão integradas em Oeiras e o território deve ser considerado como uma unidade.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Eu estava a ver o vídeo e estava a lembrar-me de um livro escrito por uma professora de psicologia aqui de Oeiras, que fez um trabalho excepcional com reclusos e reclusas da prisão de Tires, que deu um título ao livro que eu sempre achei emocionante chamado “Das margens nascem flores”. -----

----- O vídeo que nós vimos aqui trata exatamente de fazer florescer as margens e os esquecidos da sociedade. -----

----- O professor Adriano Moreira falou durante muito tempo do poder dos que não têm



poder. -----

----- Os que não têm poder são os pobres, pessoas que não têm voz, são os esquecidos muitas vezes pela sociedade e pelas governações. -----

----- Os Contratos Locais de Segurança, em Oeiras nascem da confluência entre o programa eleitoral que ganhou as últimas eleições, porque nós tínhamos estes Contratos Locais de Segurança no programa eleitoral, felizmente que tivemos no Governo da República a mesma ambição de recuperar os Contratos Locais de Segurança que tinham sido perdidos no Governo anterior, não são uma obra nova, vem de alguns anos atrás e foram descontinuados, felizmente que foram recuperados e queria associar-me ao Senhor Presidente que fez aqui homenagem à doutora Isabel Oneto. -----

----- Eu já acompanho o Senhor Presidente há alguns anos antes de funções executivas, como seu adjunto e não conheço nenhum membro do Governo que em tão pouco tempo tivesse vindo tantas vezes a Oeiras, como a doutora Isabel Oneto. -----

----- O envolvimento pessoal da titular do cargo da doutora Isabel Oneto nos Contratos Locais de Segurança e eu sei que não foi apenas em Oeiras, foi em Serpa, em Portimão, foi pelo País inteiro, sabemos que Oeiras é uma referência nos Contratos Locais de Segurança, exatamente porque era missão do Executivo Municipal desde o programa eleitoral levar a cabo este tipo de ações de desenvolvimento comunitário, é disso que nós estamos a falar, de descer até ao território até às comunidades e fazer elevar o desenvolvimento a partir da comunidade. -----

----- A doutora Isabel Oneto foi uma figura central nisto, porque trabalhou de perto com os Serviços do Ministério da Administração Interna em articulação com a Câmara. -----

----- Dizer que lamentavelmente desde a tomada de posse em outubro até ao estado de emergência, que foi a meio de março, que não houve tempo para o seu sucessor se envolver da mesma maneira, é lamentável que assim seja, mas certamente ganhará um outro ritmo. -----

----- Depois, queria associar-me também a todos os que agradeceram aos Serviços da

Câmara e queria agradecer também à população que soube receber isto, como o Senhor Presidente disse, nem sempre é fácil acreditar, o Senhor Presidente conta muitas vezes como é que nas barracas os moradores não confiavam na Câmara no início do processo de realojamento, é normal nós quando passamos muito tempo da nossa vida a ser esquecidos e a ser postos de lado, não acreditamos que vamos ter ajuda, portanto, também eles souberam abrir-se a um tipo de colaboração diferente, o que permite ganhar a confiança da comunidade daquelas pessoas e tirá-las da margem, portanto, acho que é isso que é mais importante. -----

-----As lideranças políticas, o que fazem é transformar a realidade conhecida e transformá-la para melhor, sem isso não há política, portanto, hoje é um dia feliz, encontrar aquelas imagens e encontrar aquele vídeo creio que toda a Câmara de Oeiras, todo o Município está de parabéns e todo o Concelho também.”-----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** referiu o seguinte:-----

-----“Muito rapidamente, tendo em conta que foram feitas várias intervenções por parte dos Senhores Vereadores, gostava, particularmente, de agradecer a apresentação do vídeo, porque acho que foi bastante esclarecedor relativamente a um processo de inclusão que está a proporcionar o acesso ou oportunidade de acesso a um conjunto de atividades de um vasto grupo de pessoas, crianças em particular, jovens e não só, que nos parece particularmente importante. Há uma outra fase, às vezes um bocadinho mais difícil, mas que é preciso chegar lá, que é a fase de interação das comunidades.”-----

-----O **Senhor Vereador Ângelo Pereira** disse o seguinte: -----

-----“Dar os parabéns a toda a equipa no terreno que tem desenvolvido um excelente trabalho, acho que é um trabalho meritório, que tem um grande impacto nas comunidades destes dois bairros e uma palavra também ao Diretor de Departamento, Doutor Luís Afonso e à Senhora Vereadora Marlene Rodrigues com a coordenação de todo esse trabalho.” -----

16 - PROPOSTA N.º 435/20 - DOT - PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS:-----



----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo frisou o seguinte: -----

----- “Na outra reunião fizeram uma apresentação em “PowerPoint” e acho que foi uma apresentação sintética, mas com elevada qualidade, segundo os padrões estabelecidos, para ultrapassar o estado que nós temos no território, nomeadamente nessa zona, e com a degradação que atingiu ao longo de anos e por isso, a qualidade do “PowerPoint” que foi apresentado, é suficiente para habilitar a aprovação da opinião geral. -----

----- Quem esteve atento àquilo que foi apresentado percebe que há um conjunto de questões fáceis de ver, o que é que vai surgir, por isso, até a abordagem ao problema, do meu ponto de vista, é uma solução boa do ponto de vista urbanístico, porque foi bem explicado e é visível nos diapositivos que foram apresentados. -----

----- Quando surgiu o primeiro plano e depois das explicações que foram dadas, há um conjunto de questões que respondem às preocupações que eu tinha em relação a estes planos. -----

----- Este Plano está associado a mais três planos, a dois, mais particularmente, que estão em elaboração e pelos vistos, em fase de maturação até ao final do ano, porque há a necessidade de convergência desses planos, tendo em conta o Plano Municipal de Mobilidade e Transportes, existe pelo menos uma orientação nesse ponto, porque esse Plano Municipal de Mobilidade e Transportes não está concluído, mas, de qualquer maneira, conhecem-se os fundamentos, os objetivos do seu enquadramento, porque esses planos vão permitir convergência. -----

----- A outra questão é económica, da economia e da sociedade, que exigem níveis elevados no serviço de mobilidade, ou seja, as pessoas de Oeiras e também a economia de Oeiras, exige que haja qualidade na mobilidade e que haja uma decisão forte na qualidade dos serviços de mobilidade que são necessários para a integração da economia e da sociedade. -----

----- Há pontos que estamos totalmente convergentes e já tive oportunidade de os focar várias vezes, gostaria de fazer uma pergunta, mas para não pensarem que estou numa fase mais crítica, não o vou fazer, sem antes perceber, em relação ao Plano de Pormenor do Norte de

Caxias, visto na altura ter destacado e bem, penso que isso é assumido, não tanto de uma forma visível do ponto de vista do desenho, mas, naquilo que é descrito no texto, no objetivo e na própria articulação com o resto das vias que estão referenciadas, nomeadamente em relação à importância do sistema viário e na articulação entre o norte e o sul da A-Cinco.-----

-----Esta é uma questão fundamental, sem isso nós teremos um problema com extremo, pondo em causa, uma melhor mobilidade e uma melhor circulação.-----

-----Outra questão que foi abordada e não está desenhada, mas está prevista no próprio texto, está assumida, tem a ver com uma nova relação, com os acessos à A-Cinco.-----

-----A A-Cinco tem que ser vista como uma Via Metropolitana, porque a A-Cinco é uma autoestrada com gestão ao nível central e deveria ser pensada ao nível metropolitano.-----

-----O Eixo Norte/Sul quando foi feito, no início, era uma via de passagem, porque de Lisboa não se conseguia entrar nem sair, mas alterou-se a filosofia e bem. Também aqui penso que estas questões se podem resolver, no entanto, há um conjunto de questões de articulação entre a A-Cinco e a CREL que também será necessário intervir, nomeadamente no acesso à CREL, no âmbito de Barcarena, é uma intervenção muito fácil, similar à ligação a Miraflores, uma coisa fácil de intervir.-----

-----Relativamente à questão ambiental, penso que neste plano está acautelada a descontaminação dos solos, nomeadamente em relação à remoção e tratamento, dos diferentes resíduos existentes, prejudiciais à natureza.-----

-----Uma outra componente que tem a ver com as questões do ambiente, é o planeamento dos espaços verdes e dos espaços de lazer, que está acautelado, e em relação àquilo que eu acho que deve garantir uma forte estrutura verde, e que está garantido no Plano, não há questões que possam pôr em causa isso. Os Oeirenses já se habituaram a ter estes espaços, tratados e cuidados. Não é possível fazer grandes planos sem ter essa solução como a questão principal, e pelo que se vê na apresentação, nota-se que houve esse cuidado, nomeadamente na separação entre aquilo



que são as zonas verdes e de plantação, soluções que vão permitir que exista um ambiente totalmente diferente. -----

----- Temos a questão da mobilidade, há várias formas de mobilidade, estão calculadas, o tipo de vias, as ciclovias, etc., tudo isso está no Plano. -----

----- Em relação ao volume de construção previsto em dois mil e dezanove, comparando com esta proposta, agora há um volume de construção maior, há uma espantosa inflação, mas não é esta a questão fundamental se tem mais treze mil ou menos treze mil metros quadrados de construção, a minha preocupação é qual será o resultado final daquilo que vão fazer, e do resultado do planeamento e da disposição do enquadramento relativamente ao perímetro de implantação, nomeadamente da construção mais nobre incluir zonas afetas aos CDH. -----

----- Acho que a construção mais nobre será seguramente para uma classe alta, não estou a falar das empresas, estou a falar em relação à habitação, tendo em conta aquilo que disse na reunião de Câmara no passado dia dezassete, a própria vista, as acessibilidades que vão ter, onde está situada, o próprio enquadramento paisagístico que vão ter e o ponto alto em que se consegue ver o mar, será uma mais-valia, e certamente para gente com muita capacidade financeira. -----

----- Nós temos que pensar na classe média, nos que não são média/alta, temos que olhar para isto, porque é um desafio. -----

----- Eu acho que se poderá conduzir este processo, pensando em duas coisas: sem prejudicar os interesses dos investidores que naturalmente vão ter que fazer um grande investimento, mas também permitindo que se coloquem um conjunto de condições, nem que para isso seja preciso fazer correções, porque o nosso PDM, contrariamente a outros, a questão do estacionamento abaixo cota soleira, conta para o índice, por isso temos aqui margem, para permitir que haja um valor que estipule xis metros quadrados que serão afetos a CDH (Contratos de Desenvolvimento Habitacionais), para alguns não dizerem que é habitação social, em que à partida se defina um valor máximo de venda, em relação aos privados, e se os privados não

quiserem, a Câmara assumirá o Contrato de Desenvolvimento Habitacional.-----

-----Esta é uma forma de conseguirmos também nas zonas nobres, colocar pessoas da classe média, não só da classe média/alta.-----

-----É neste sentido que coloco estas questões e digo que este projeto é um projeto ambicioso, não está pronto, mas vai passar por uma fase de análise e pareceres de diversos organismos, nomeadamente a CCDRLVT.-----

-----Depois destes pareceres, ficaremos à espera dos outros três planos de pormenor, (Norte de Paço de Arcos, Empresarial de Paço de Arcos e Área Empresarial de Porto Salvo) que como eu disse na ultima reunião de Câmara, são importantes, e espero que tenham a mesma qualidade deste, no sentido de poderem entroncar uns com os outros, porque isto é de facto, uma visão conjunta e interligada.”-----

-----**A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** observou o seguinte:-----

-----“Pese embora não tenha sido feita por mim, mas pela pessoa que me veio substituir, a CDU manifestou na última reunião de Câmara uma posição muito clara em relação a esta proposta de deliberação sobre o Plano de Pormenor Norte de Caxias.-----

-----Eu vou apresentar uma declaração de voto escrita, sucinta, mas que traduz bem a posição da CDU, e o voto será contra tendo em conta a densidade da construção, aquilo a que a ela se destina e o ponto fulcral tem a ver com as questões de mobilidade que nós consideramos que não estão verdadeiramente asseguradas.”-----

-----**O Senhor Vereador Joaquim Raposo** frisou o seguinte:-----

-----“Lembrando a questão de mobilidade dos transportes, penso que é possível onde há estacionamento, criar uma zona de interface.-----

-----Eu vi que está acautelada a questão dos transportes públicos, com três paragens de autocarro naquele núcleo central.-----

-----Há uma ideia que se defende há muito tempo, o corredor Bus na A-Cinco, mas que



só faz sentido se nós pudermos entrar nele, porque se não, teremos um corredor Cascais-Lisboa, para uma solução dessas eu sou contra, e para tal, defendo a questão de uma entrada com portagem na A-Cinco, é necessário que haja um sítio para estacionar e que o próprio corredor tenha uma entrada que permita apanhar as pessoas, caso contrário, não nos serve para nada.-----

----- Eu ouço muitas críticas e as pessoas misturam este Plano que estamos a fazer e a intervenção no tal eixo, que está em discussão e em elaboração. São coisas diferentes apesar de estarem interligadas.-----

----- O Plano está bem feito, é percetível, não sei se é esta será a fase de fazer uma reunião aberta à população para apresentar o Plano, porque temos que começar a informar, porque algumas pessoas falam sem conhecimento de causa, e na fase em que está este Plano já permite fazer uma abordagem informativa e esclarecedora, para que as pessoas não sejam induzidas em erro e saibam o que se está a planejar, as pessoas entenderão que haverão essas componentes, novas acessibilidades, a questão dos transportes e o tratamento ambiental, que é necessário fazer.

----- Penso que é esta a oportunidade, mas o Senhor Presidente saberá melhor.”-----

----- **O arquiteto Luís Serpa** esclareceu o seguinte:-----

----- “Queria só dizer em relação a isso que em relação aos termos de referência, suponho que era isso que se estava a referir, a diferença dos números em relação aos termos de referência e em relação à proposta do Plano, há essas variações possíveis em função da quantidade diária que é consumida no estacionamento subterrâneo e há também o acréscimo aqui do equipamento que foi introduzido para que possa haver também aqui um programa municipal de habitação.-----

----- É um dos equipamentos que estão aqui, nós estamos a designar como equipamento, porque no enquadramento atual é a única forma.” -----

----- **O Senhor Presidente** argumentou o seguinte: -----

----- “O Plano está muito bem elaborado, é indiscutível, tem a maior informação disponível e não é apenas este plano, nós temos já em andamento o do Taguspark, a segunda fase

da reforma, não está a funcionar como um Plano de Pormenor é uma operação urbanística. -----

-----O Plano observado, mesmo sem ir a um pormenor exagerado, dá-nos a sensação que vai ter um efeito qualitativo do território. -----

-----Não tem nada a ver com a VLS, vai beneficiar da VLS, mas esta estava prevista muito antes deste Plano de Pormenor, a VLS decorre do facto de retirar o tráfego do centro de Caxias e Laveiras, que hoje é uma zona um bocado estrangulada e qualquer um vê isso. -----

-----É importante a população ser esclarecida sobre esta matéria. -----

-----As pessoas têm procurado obter esclarecimentos e fazem-no dentro de um espírito militante, que eu não contesto, mas, às vezes, pretendem ter mais informação daquela que nós temos, e só faz sentido que se divulgue essa informação quando tiver alguma consistência. -----

-----Em relação à VLS já estamos em condições de fazer essa reunião com a população de Caxias e, neste momento, só ainda não está marcada uma data, porque temos que ver, considerando a situação de pandemia, quantas pessoas podemos pôr numa sala. -----

-----Por outro lado, em relação a este Plano de Pormenor também estou de acordo, acho que devemos, perante o ambiente gerado pela VLS e que decorre de falta de informação, claramente, não adianta estarmos aqui a dizer e em todas as Assembleias Municipais, há um ano, que não é um viaduto que passa junto aos prédios, que passa ao nível das caves, mas a verdade é que neste momento já estamos em condições de mostrar e juntamente com isso, faz todo o sentido, que se apresente também aquilo que são as ideias relativamente a este Plano de Pormenor. -----

-----No mês de julho, se houver condições, podemos fazer essa apresentação. -----

-----Na altura que nos foi apresentada uma visão global das alterações dos planos decorrentes da normalização como complemento ao PDM, chegámos a um apuramento na ordem dos mil duzentos e noventa fogos, no conjunto dos planos iríamos libertar para habitação municipal mil duzentos e noventa fogos destinados à classe média, que não será o caso deste



Plano, porque pela qualidade que se antevê, os fogos não ser vendidos a preços compatíveis com a bolsa da classe média portuguesa e dos que já residem em Oeiras.-----

----- Neste Plano estará previsto, nas cedências que irão fazer uma área que corresponderá a quinze/vinte por cento de construção para habitação destinado a habitação municipal e queria saber se essa alteração já está prevista, nesta fase isso que fique claro, como é que isso vai ser distribuído.”-----

----- **O arquiteto Luís Serpa** esclareceu o seguinte:-----

----- “As cedências estão previstas.”-----

----- De novo no uso da palavra **o Senhor Presidente** referiu:-----

----- “Quanto ao estacionamento eu não percebo o estacionamento contar para o índice de construção.-----

----- Eu não sei se é assim em todas as Câmaras Municipais.”-----

----- **O arquiteto Luís Serpa** esclareceu o seguinte:-----

----- “É no PDM de Oeiras.”-----

----- De novo no uso da palavra **o Senhor Presidente** referiu:-----

----- “É uma coisa estranha que ninguém entende.-----

----- A que propósito é que o estacionamento conta para o índice de construção?-----

----- Numa altura em que se pretende tirar os carros da rua e se pretende incentivar a construção de estacionamento, enterrado ou em autossilo, vai-se considerar o índice de construção do estacionamento, quando devia ser o contrário, exatamente um incentivo a que se faça estacionamento, era para satisfazer as necessidades da promoção direta, quer para fazer o atendimento das necessidades que decorrem de há trinta/cinquenta anos, quando se faziam prédios e que não tinham estacionamento e o estacionamento era na rua.-----

----- Se nós queremos tirar estacionamento na rua tem que haver estacionamento enterrado.-----

-----Há forma de dar volta a isso, em vez de ter um índice de construção de setenta por cento, terão índices de construção de duzentos por cento, cem para o estacionamento abaixo do solo e cem de construção acima do solo.-----

-----Este Plano está bem elaborado, relativamente às acessibilidades e à mobilidade, eu julgo que o aumento da densidade gera condições para a mobilidade melhorar.-----

-----Recebi uma mensagem do Presidente da Câmara de Lisboa, porque vão ser compradas mais quinze carruagens para finalmente ser levado o elétrico à Cruz Quebrada, e depois pretendemos que siga por Linda-a-Velha.-----

-----O transporte público vai melhor onde houver pessoas, porque onde não houver, no deserto não faz muito sentido.-----

-----Quanto maior for a densidade num determinado eixo, mais condição há de desenvolver meios de transportes.-----

-----A utilização da A-Cinco, paulatinamente, vai ter que se dobrar a ideia que o concessionário tem, porque se é pela ótica do concessionário sempre dá lucro, a A-Cinco tem que servir as pessoas e servir as comunidades por onde percorre.”-----

-----**O arquiteto Luís Serpa** esclareceu:-----

-----“A questão da habitação está prevista a cedência de área e está prevista já uma quantidade de edificabilidade que está designada sob a forma de equipamento, precisamente para não especificarmos como programa habitacional, porque senão temos que incluir também no índice de construção do próprio Plano.-----

-----São mil duzentos e noventa fogos no conjunto todo.-----

-----Aqui será uma parte, porque temos vinte mil metros quadrados para construção de equipamento.”-----

-----**O Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte:-----

-----“Eu vi que estava lá o equipamento, é uma forma, mas há outras Câmaras que estão a



fazer isso, a Câmara de Lisboa está a fazer, diz o índice de construção, mas por xis percentagem o construtor vai ter que fazer CDH pelo preço tabelado, que é o preço máximo de venda, estão a dizer: entrega à Câmara que a Câmara faz.-----

----- É óbvio que a habitação quando é tabelada assim, é muito diferente da habitação de venda livre, também é uma questão de disciplina de mercado.-----

----- Aquela operação permite que as pessoas tenham uma área com bastante potencial para vender ao preço que conseguirem vender, mas tem que haver um preço definido para as áreas afetas aos CDH e só podem vender aquele preço.-----

----- O que é que isto tem de diferente? -----

----- Em primeiro lugar, os acabamentos não são iguais, mas a arquitetura exterior tem que ser igual senão dá logo a ideia isto é dos pobres, intercalando com os ricos. -----

----- É uma imagem negativa ao próprio bairro, mas as áreas são diferentes e é essa componente em que o próprio investidor não perde dinheiro, não ganha tanto, mas também não perde, tinha que haver uma compensação, por isso é que coloquei aquela questão da área a mais, se a Câmara é benemérita, penso que a Câmara até pode ser uma benemérita, no entanto os investidores também têm de disponibilizar uma percentagem mínima para os CDH. -----

----- Uma questão que eu acautelava aqui, nós temos projetadas e bem, umas torres de dezasseis pisos e só chamo a atenção, porque não sei se os bombeiros têm uma viatura que permita ter esse alcance. Penso que são cinquenta e cinco metros, é preciso acautelar isso.-----

----- Quando fazemos essas operações, não tem mal nenhum termos edifícios altos, para a impermeabilização do solo é melhor do que ter vários edifícios, e há sítios que edifícios altos marcam o território, dão grandiosidade e, por isso, eu não sou contra isso, acho que muitas vezes é preciso imputar essa responsabilidade a quem constrói, não sei qual o valor e como isso se há de chamar, é quase uma espécie de uma taxa suplementar, quando não existe equipamento nos bombeiros para intervir nestes edifícios, como por exemplo uma escada Magirus de cinquenta e

cinco metros, quem constrói deverá financiar um equipamento dessa natureza, mas é preciso definir as regras ao princípio ou no licenciamento.”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Sobre esta matéria, eu comprehendo o que o Senhor Vereador está a dizer, mas a Câmara de Oeiras, tem uma grande experiência nesta matéria da Habitação e não é esse o modelo que nos interessa, a nós interessa-nos muito mais que nos disponibilizem terrenos para, ou a Câmara construir, ou avançar com contratos de desenvolvimento de habitação, porque não falta e sai-nos mais barato e fazemos mais fogos, porque num contrato de desenvolvimento de habitação nós temos, neste momento, vários interessados, começa a haver várias empresas interessadas e se a Câmara tiver o terreno, estabelece o valor do fogo, seja de venda, seja de arrendamento e já há empresas interessadas, quer em arrendamento, quer em venda. -----

-----Interessa muito mais um terreno onde vamos construir, por hipótese, cinquenta apartamentos do que recebemos dez ou vinte numa urbanização terminada, portanto, nós podemos ter uma maior rentabilidade em terreno, porque aprovamos mais fogos do que aqueles que eventualmente receberíamos. -----

-----O mais adequado é nós estabelecermos aqui mecanismos, a criação de reservas de terrenos para a Câmara Municipal.-----

-----Não quer dizer que não se possa fazer, mas é um nicho muito pequeno, mas de qualquer maneira vamos ter isso em consideração.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a apresentação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo da proposta do Plano de Pormenor Norte de Caxias e o respetivo Relatório



Ambiental. -----

----- Nos termos do artigo octogésimo sexto, número três, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), o qual estabelece que concluída a elaboração a câmara municipal apresenta a proposta de plano e o relatório ambiental à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente. -----

----- **III - A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Em reunião anterior da Câmara Municipal de Oeiras, de vinte e seis de junho de dois mil e dezanove, sobre este assunto, e com base no Programa Eleitoral da CDU para este mandato, foi por nós afirmado que a concretização deste plano configurará uma expansão urbana excessiva: área de intervenção de quarenta e dois hectares, de que resultará uma área de construção total de duzentos e cinquenta e três mil novecentos e vinte e três metros quadrados, dos quais cinquenta e um por cento para atividades económicas e quarenta e nove por cento residencial, não se encontrando devidamente acautelados os problemas da mobilidade. -----

----- Problemas que já hoje se fazem sentir, e que serão claramente agravados com a construção dos seiscentos fogos (que resultam dos tais quarenta e nove por cento residenciais), em edifícios com o número máximo de dezasseis pisos acima da cota de soleira e três pisos abaixo. -----

----- A CDU, não estando contra o desenvolvimento, a criação de emprego, a construção de habitação - a necessária no Município -, entende que a prioridade é resolver, em primeiro lugar, as questões da mobilidade e que este plano não contribui para tal desiderato. -----

----- Por estes motivos, e de acordo com todas as posições anteriormente assumidas, relativamente a esta, e a matérias similares, o voto da CDU é Contra.” -----

----- Após a votação saiu definitivamente da sala o **Senhor Vice-Presidente**. -----

17 - PROPOSTA N.º 481/20 - DGSI - P.º 361/DCP/2020 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO

PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE VOZ PARA TODOS OS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO - DECISÃO DE CONTRATAR - APROVAÇÃO DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO E PEÇAS PROCEDIMENTAIS:

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público com publicidade internacional para a aquisição de serviços de comunicação de voz para todos os serviços do Município.

-----O preço base total de oitocentos mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. --

-----As peças do procedimento.

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências:

----- - Membros efetivos:

-----Presidente: doutor Ricardo Mendes (Chefe da Divisão de Gestão do Serviço e Infraestruturas); -----

-----Primeira vogal: doutora Carla Ventura (Técnica Superior da Divisão de Contratação Pública); -----

-----Segundo vogal: doutor José Barreira Martins (Diretor do Departamento de Inovação e Tecnologias de Informação e Comunicação). -----

----- - Membros suplentes:

-----Primeira vogal: doutora Sofia Goulart (Técnica Superior da Divisão de Contratação Pública); -----

-----Segundo vogal: doutor Hugo Afonso (Técnico Superior da Divisão de Gestão do Serviço e Infraestruturas). -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A nomeação da doutora Maria João Bessa, como gestora de contrato. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, todos do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quadragésimo quinto, número um e quadragésimo oitavo, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março e quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, conjugado com o artigo ducentésimo quinquagésimo quinto, da Lei do Orçamento do Estado para dois mil e dezanove, aprovado pela Lei número setenta e um, de dois mil e dezoito, de trinta e um de dezembro. -----

18 - PROPOSTA N°. 482/20 - DPU - PROC°. 8502/1993-SPO - PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N°. 2/1996 - PÓLO MULTIFUNCIONAL NORTE TAGUSPARK:

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte: -----

----- “Este alvará número dois, de noventa e seis, já é antigo, é um pedido de alteração que implica apenas três lotes, um deles é possível para se fazer a via, se não, não a conseguimos fazer. -----

-----É mais um problema que resolvemos.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao alvará de loteamento dois, de mil novecentos e noventa e seis, com incidência nos lotes um, dois e três, localizados no extremo norte do Concelho de Oeiras, a nascente da variante à Estrada Nacional Duzentos e Quarenta e Nove/Três, Pólo Multifuncional Norte Taguspark.-----

-----Comunicar à Taguspark, Sociedade Anónima.-----

-----Nos termos do artigo vigésimo terceiro e dos números dois e três, do artigo vigésimo sétimo, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro.-----

19 - PROPOSTA N°. 483/20 - DGSH - RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N°. 294/20 - TRANSFERÊNCIA PARA O FOGO MUNICIPAL SITO NA AV. DIOGO LOPES SEQUEIRA, N°. 85, C/V B, BAIRRO DOS NAVEGADORES, POR NECESSIDADE DE REAJUSTAMENTO TIPOLÓGICO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a retificação da proposta de deliberação número duzentos e noventa e quatro, de dois mil e vinte, de vinte e dois de abril, substituindo a fração atribuída sítia na Alameda Jorge Álvares, número doze, cave A, pela fração T Zero, situada na Avenida Diogo Lopes Sequeira, número oitenta e cinco, cave B, ambas no Bairro dos Navegadores.-----

-----A aplicação da renda no valor de nove euros e cinquenta e quatro cêntimos, calculada



com base nos rendimentos atuais apresentados pelo arrendatário a partir do dia um de julho de dois mil e vinte.-----

----- A elaboração de contrato administrativo de arrendamento apoiado.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e sessenta e sete, de dois mil e dezanove, de vinte e um de novembro.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras.-----

20 - PROPOSTA Nº. 484/20 - DVM - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, PARA AQUISIÇÃO DE DOIS AUTOCARROS MINIBUS, MOVIDOS A GNC - PROJETO COMBUS - DECISÃO CONTRATAR:-----

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo referiu o seguinte:-----

----- “A Senhora Vereadora Joana Baptista comprometeu-se e os autocarros já cá estão, o meu muito obrigado pelo cumprimento da sua promessa, a Câmara já tem solução para autocarros a gás.”-----

----- O Senhor Presidente disse o seguinte:-----

----- “Há vinte e cinco anos estive em Milão e a Câmara Municipal de lá já tinha toda a frota dos carros de recolha de resíduos sólidos a gás.-----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista receberá um grande elogio, quando disser que estão aqui dez autocarros elétricos, o que não diz é que eu não os deixo comprar, porque são muito caros, o preço de um autocarro elétrico dá para dois dos outros, mas estamos no bom caminho.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público, para aquisição de dois autocarros minibus, movidos a GNC - Gás Natural Comprimido, para o Projeto Combus.-----

-----O preço base em duzentos e vinte mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências:-----

-----Membros efetivos:-----

-----Presidente: engenheiro Pedro Nunes (Chefe da Divisão de Viaturas e Máquinas);-----

-----Primeira vogal: doutora Catarina Cabrita (Técnica Superior da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida/Unidade de Planeamento e Apoio à Gestão);-----

-----Segundo vogal: doutor José Costa (Técnico Superior da Divisão de Viaturas e Máquinas). -----

-----Membros suplentes:-----

-----Primeiro vogal: doutor João Catarino (Técnico Superior da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida/Unidade de Planeamento e Apoio à Gestão);-----

-----Segundo vogal: doutor Gonçalo Teodósio (Técnico Superior da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida/Unidade de Planeamento e Apoio à Gestão).-----

-----A nomeação do engenheiro Pedro Nunes, Chefe da Divisão de Viaturas e Máquinas, como gestor do contrato.-----

-----Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, todos do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove,



de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

21 - PROPOSTA Nº. 485/20 - DVM - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE OITO VIATURAS URBANAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA O PROJETO COMBUS:-----

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte: -----
----- “Eu também acompanhei este processo, inclusivamente aquilo que teve a ver com a última informação que veio à Câmara para ratificação de peças de prorrogação de prazo da apresentação das propostas, que na altura um dos concorrentes invocou um conjunto de argumentos em relação àquilo que não era chamado direito de oportunidade, desde a questão da relação do diferencial, a questão do cumprimento, a distância entre eixos, a potência, a cilindrada, o depósito do combustível, etc., foram alteradas várias páginas e vários artigos em relação às especificações e dava a ideia que só um concorrente tinha aquela viatura com aquelas características.-----

----- Fez-se aquela correção e bem, mas há um ponto que não foi feita a correção ou foi feita, mas não foi corrigida, tem a ver com os cilindros e há uma contestação sobre isso.-----

----- É um erro numa situação normal, mas uma situação que ocorre depois de tanta contestação e de ter sido corrigido todo um conjunto de itens, cria logo uma suspeição, porque deveria ter igual ou superior a quatro e não tinha, por isso, contestaram e o júri argumentou que havia um erro.-----

----- Eu acho que é preciso ter mais atenção a estas questões, o que foi publicado não foi o que o Senhor Presidente validou.-----

----- Foi contestado, o júri propõe não aceitar a contestação e propor a adjudicação.-----

-----Eu nestas condições não votarei favoravelmente, tendo em conta que todo este processo, no meu ponto de vista, foi um processo contestado com razão.” -----

-----**A Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Não é para responder diretamente ao Senhor Vereador Joaquim Raposo, queria-vos só dizer que se tratou de um concurso público com publicidade internacional desenvolvido em dois meses e meio, veio a este Órgão no início de abril e veio a adjudicação hoje dia um de julho, portanto, é algo absolutamente inédito e temos que premiar quem esteve nos bastidores e possibilitar que este Órgão hoje decidisse a adjudicação.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Ângelo Pereira, Heloísa Apolónia e abstenção do Senhor Vereador Joaquim Raposo, mediante proposta subscrita pelo **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar, ata de reunião subsequente à audiência prévia, relatório final e, consequentemente, a adjudicação da aquisição de oito viaturas urbanas de transporte de passageiros para o projeto Combus, ao concorrente “Carclasse, Comercio de Automóveis, Sociedade Anónima”, pelo valor unitário de cada viatura urbana de transportes de passageiros (Combus) de oitenta e cinco mil e novecentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo valor global de seiscentos e oitenta e sete mil e duzentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----A notificação do adjudicatário para a prestação de caução no valor de cinco por cento do preço contratual, o que equivale a trinta e quatro mil trezentos e sessenta euros e apresentação dos documentos de habilitação. -----

-----A minuta de contrato escrito, para posterior envio ao adjudicatário para aprovação. --

-----Nos termos dos artigos septuagésimo sexto e nonagésimo oitavo, ambos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um,



alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e no artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, que remete para o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Artigos quadragésimo quinto, número um e quadragésimo oitavo, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março e quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, conjugado com o artigo ducentésimo quinquagésimo quinto, da Lei do Orçamento do Estado para dois mil e dezanove, aprovado pela Lei número setenta e um, de dois mil e dezoito, de trinta e um de dezembro. -----

**22 - PROPOSTA N.º 486/20 - DPU - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO LOTE 45 DO ALVARÁ DE
LOTEAMENTO N.º 88/1973, SITO NA RUA ALMEIDA GARRET, EM PORTO SALVO,
REQUERIDO POR VERDASCA DA COSTA - CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS
IMOBILIÁRIOS, UNIPESSOAL, LDA.: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pedido de alteração do alvará de loteamento número oitenta e oito, de mil novecentos e setenta e três, sítio na Rua Almeida Garret, em Porto Salvo, requerido por Verdasca da Costa - Construções e Empreendimentos

Imobiliários, Unipessoal, Limitada.-----

-----Nos termos do número um, alínea a), do artigo vigésimo terceiro e no número oito, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis dezembro, com as alterações dadas pela Lei número cento e dezoito, de dois mil e dezanove, de dezassete de setembro.-----

23 - PROPOSTA Nº. 487/20 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 18^a. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar as informações números INT-CMO/dois mil e vinte/oito mil duzentos e quarenta e nove e INT-CMO/dois mil e vinte/oito mil oitocentos e oitenta e três, referentes à décima oitava Alteração Orçamental de dois mil e vinte, no valor de duzentos e doze mil euros, respetivamente.-----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas e de acordo com as respetivas notas explicativas e conforme a alínea b), do número um, do artigo décimo sétimo, do Decreto-Lei número cento e noventa e dois, de dois mil e quinze, de onze de setembro (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), trata-se de uma alteração orçamental permutativa conforme previsto no número três, da Norma de Contabilidade Pública vinte e seis. -----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, compete ao órgão executivo aprovar as alterações às Grandes Opções do Plano e



Orçamento, podendo ainda as modificações orçamentais ser alvo de autorização pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sujeitas a posterior ratificação pelo órgão colegial executivo. ---

24 - PROPOSTA N.º 488/20 - DSC - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO PORTUGUESA “A COMUNIDADE CONTRA A SIDA”, PARA O PROJETO DE EDUCAÇÃO PELOS PARES: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”, no valor de dois mil e quinhentos euros, para apoio ao funcionamento do Projeto de Educação pelos Pares decorrido no ano letivo dois mil e dezanove/dois mil e vinte. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea g) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

----- Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

----- À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira poderão receber

apoios a aprovar no âmbito da presente proposta. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro.-----

25 - PROPOSTA Nº. 489/20 - DGSH - VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA TOMÁS DE LIMA, Nº. 19, 1º. ESQ., BAIRRO DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, EM CAXIAS - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 167/2020, DE 18 DE MARÇO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a revogação da proposta de deliberação número cento e sessenta e sete, de dois mil e vinte, de dezoito de março.

-----A compra e venda da habitação municipal T Três, sita na Rua Tomás de Lima, número dezanove, primeiro esquerdo, no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro, em Caxias, pelo preço de quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e três euros e cinquenta e três céntimos. ---

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e sessenta e sete, de dois mil e dezanove, de vinte e um de novembro. -----

-----Artigos centésimo sexagésimo quinto, número um, centésimo sexagésimo sétimo, número dois, alínea c), centésimo sexagésimo nono, número um e centésimo septuagésimo, número um, todos do Código do Procedimento Administrativo. -----



----- Artigo octingentésimo septuagésimo quarto e seguintes, do Código Civil. -----

26 - PROPOSTA Nº. 490/20 - DGSH - VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA VASCO DA GAMA FERNANDES, Nº. 9, 2º. ESQ., BAIRRO DO POMBAL, EM OEIRAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a compra e venda da habitação municipal T Três, sita na Rua Vasco da Gama Fernandes, número nove, segundo esquerdo, Bairro do Pombal, em Oeiras, pelo preço de sessenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e noventa e nove cêntimos. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e sessenta e sete, de dois mil e dezanove, de vinte e um de novembro. -----

----- Artigo octingentésimo septuagésimo quarto e seguintes, do Código Civil. -----

27 - PROPOSTA Nº. 491/20 - GAEP - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 1º. TRIMESTRE DE 2020 DA PARQUES TEJO - PARQUEAMENTOS DE OEIRAS, E.M., S.A.: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o relatório trimestral de Execução Orçamental referente ao primeiro trimestre de dois mil e vinte, da Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. -----

----- Submeter a aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de deliberação e

os documentos anexos à mesma, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas municipais.-----

-----Nos termos do artigo quadragésimo segundo, número um, alínea e), do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.-----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc) e artigo vigésimo quinto, número dois, alínea a), do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Artigo décimo primeiro, número um, alínea c), dos Estatutos da Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, Empresa Municipal, Sociedade Anónima.-----

28 - PROPOSTA Nº. 492/20 - DRU - Pº. 03/DRU/2020 - REQUALIFICAÇÃO PARCIAL DA AV. COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, EM ALGÉS (FASE 1) - APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREITADA:----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a minuta de contrato relativo ao procedimento por concurso público da empreitada de requalificação parcial da Avenida Combatentes da Grande Guerra, em Algés (fase um).-----

-----A notificação e envio da minuta ao adjudicatário.-----

-----A formalização do contrato com a empresa “Somove - Construções, Limitada”. -----

-----Nos termos dos artigos nonagésimo quarto, nonagésimo sexto e nonagésimo oitavo, centésimo e centésimo quarto, todos do Código dos Contratos Públicos, relativamente ao conteúdo do contrato, à aprovação da respetiva minuta, à sua notificação ao adjudicatário e à outorga do mesmo.-----

29 - PROPOSTA Nº. 493/20 - DPCHM - EMPREITADA 30/DPCHM/2020 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II E III, EM PORTO SALVO -



ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO: -----

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo frisou o seguinte: -----

----- "Verifiquei que a abertura deste documento é muito pesada, tive a oportunidade de abrir a planta geral para perceber e que há uma grande intervenção a nível de obras, umas para demolir, outras para construir, tem tratamento de espaços verdes e tem uns grelhadores que ajuda a que as pessoas convivam umas com as outras. -----

----- A obra tem duas componentes, a de construção e a de manutenção, por um ano, trezentos e sessenta e cinco dias para a construção da obra e outro tanto para consolidação dos espaços verdes, estes possivelmente pagos. -----

----- O valor do concurso, os dois milhões novecentos e oitenta e quatro setecentos e cinquenta e seis já estão incluídos, mas gostaria de saber se isto é para um ano, certamente vamos cumprir o prazo do trezentos e sessenta e cinco dias para a execução das obras. -----

----- No âmbito, daquilo que é a programação dos anos, no ano dois mil e vinte temos dez euros, não haverá condições para iniciar a obra e depois no ano dois mil e vinte e um temos um milhão novecentos cento e setenta e três oitocentos e quarenta e em dois mil e vinte e dois um milhão e em dois mil e vinte e três mais um milhão. -----

----- Das duas uma, ou nós temos muito receio entre ter o visto para o concurso e começar a obra, nós não a vamos fazer no próximo ano, caso contrário, não tínhamos um milhão para o ano dois mil e vinte e três, admito que tenhamos de ter algum dinheiro para a manutenção, porque na distribuição de tudo isto estão os três milhões cento e quarenta oitocentos e sessenta e cinco é o correspondente a mais um milhão e é também a questão do IVA respeitante a tudo isto.

----- A única questão que tenho, é que a obra de construção leva trezentos e sessenta e cinco dias o outro não conta, quer dizer que vamos ter que acertar, porque o que vamos ter de deixar para manutenção vai ser o valor estipulado e que não haja a imagem que a obra são trezentos e sessenta e cinco dias mais outros tantos dias, é a consolidação da obra de manutenção,

é importante que esta intervenção se faça, assim como, a parte do edificado, os meus parabéns por esta obra.” -----

-----**O Senhor Vereador Nuno Neto** salientou o seguinte: -----

-----“A programação financeira é cautelosa porque sabemos que é um concurso de grande dimensão, com diversas valências e que além do Tribunal de Contas vai suscitar o interesse de várias empresas e temos uma programação financeira cautelosa. -----

-----Esta é a empreitada de requalificação integral do espaço público. -----

-----Este bairro tem cerca de vinte anos, a construção, como nós sabemos com vinte anos, sofre muitas maleitas e também a localização é uma zona demasiado exposta ao vento com todas as adversidades do clima e foi entendido planejar-se uma intervenção global para este bairro. -----

-----O primeiro bairro que sofreu uma intervenção global foi o da Politeira que falta um pequeno pormenor que é a deslocalização das caixas do correio que estavam na via pública para as portas dos prédios, para termos uma intervenção que, globalmente requalificou aquele bairro, foram feitas intervenções em coberturas, em fachadas, em caixas dos prédios, no espaço publico, nos muros da envolvente e no próprio pórtico de entrada do bairro. -----

-----No Bairro dos Navegadores esta é a intervenção de espaço público que tinha alguns objetivos fundamentais, criar condições de conforto, criar condições de segurança no bairro, eliminar barreiras arquitetónicas, reforçar a iluminação do bairro, mas também criar zonas de estadia, que conhecendo aquela que é a vivência deste bairro permitissem uma convivência harmoniosa entre todos e em segurança. -----

-----A questão dos fogareiros das churrasqueiras é curioso o Senhor Vereador ter reparado nisso, porque também foi uma das questões e na discussão do acompanhamento que fizemos deste projeto, questionou-se as churrasqueiras, porque a vivência cultural que se faz neste bairro, faz saber que existe um costume de se acender grelhadores na entrada dos prédios. -

-----Quisemos criar zonas de partilha de convivência entre todos, mas com segurança



Câmara Municipal
de Oeiras

para todos, acontecia frequentemente ver um miúdo que se encostava demasiado perto do grelhador e lá queimava um dedo, criámos zonas com conforto para todos, zonas de convívio.----

----- Também ao nível dos espaços verdes, houve a preocupação de melhorar a existência no bairro. - -----

----- Temos uma série de canteiros que a manutenção se torna demasiado complicada e ao longo dos anos a observação que temos, é que a própria vivência do bairro faz com que as pessoas pisem, estraguem, acumulei lixo, que a manutenção seja difícil e, por isso, quisemos criar zonas de sombra, manter árvores, manter toda a área verde, mas criar zonas de lazer verdes na envolvente do bairro que permitam a vivência do bairro e a apropriação. -----

----- Se há uns anos se dizia que Oeiras é a nossa casa, os bairros municipais têm que ser, pelo exemplo, uma casa melhor que as outras, temos que criar pessoas felizes nestes bairros e às vezes são pessoas com maiores dificuldades de vida que precisam de algum incremento para serem mais felizes.-----

----- Dizer que este é o projeto para o espaço público. Nos edifícios já reabilitados coberturas e fachadas da parte central do bairro.-----

----- Agora no início do mês de julho arranca uma empreitada que visa reabilitar coberturas e fachadas de doze prédios no centro do bairro e até ao final do ano, vamos lançar mais duas empreitadas que visam reabilitar todo o conjunto habitacional do Bairro dos Navegadores coberturas e fachadas reabilitadas em todo o bairro.-----

----- Também no que toca às caixas de escadas, às zonas comuns dos edifícios, está em preparação e será apresentada muito em breve a empreitada para preparar as caixas dos prédios e uma situação muito importante, as campainhas e os intercomunicadores, porque o material usado naquela construção há vinte anos e sabendo que nos últimos anos pouco ou nenhuma manutenção existiu e não existiu nenhuma intervenção de fundo, obrigam a que tenhamos que reparar ou substituir a maior parte dos intercomunicadores e campainhas.-----

----- Dizer também que temos algumas preocupações quanto à redução de consumos de energia e nessa remodelação já faremos a instalação dos sistemas automáticos de acendimento de luzes, que além de nos poupar energia, pouparamos também muito na manutenção, como sabemos nem sempre quando acendem as luzes há o cuidado necessário e lá se vai o botão todos os dias. -

----- Também já temos pronto o modelo de portas para apresentar ao Senhor Presidente com um formato algo diferente, não é nem a porta de vidro, que se parte no primeiro dia em que é instalada com o primeiro pontapé, nem a porta de chapa que transforma os edifícios compactos que não significam quem lá vive. -----

----- O modelo que tem uma grelha que permite alguma transparência, mas também tem a robustez suficiente para servir exatamente a sua finalidade, segurança aos edifícios e privacidade a quem lá vive. -----

----- Esta intervenção que vai acontecer e que se prolonga no tempo, um ano é o que está previsto de obra, mas o período do concurso se prevê algo prolongado, porque tem de ter o visto do Tribunal de Contas, um ano que não é só de manutenção, é manutenção de consolidação das espécies verdes, para que no fim quando a obra seja entregue, ela já tenha uma dimensão no tamanho suficiente que nos permite receber aquela obra com a segurança que as espécies verdes estavam implantadas, eram adequadas, eram saudáveis e vão vingar no futuro. -----

----- Esta intervenção conjugada com todas as outras que vão acontecer no Bairro dos Navegadores permite-nos afirmar que este bairro, que era aquele que sempre se disse que era o mais mal cuidado em Oeiras, vai com estas intervenções conjugadas ser um orgulho para todos nós. -----

----- Acredito que em breve com a conclusão desta obra, que vai se esta que lançamos agora, vai ser a última a terminar, entretanto, vão decorrer as outras todas que quando esta terminar, vai-lhes permitir reinaugurar um bairro novo e é isso que queremos. -----

----- Dizer também que estas obras ocorrem, mas em paralelo, ocorre uma coisa que



sempre ocorreu e que são as manutenções pontuais das casas, as reabilitações que temos que fazer, a manutenção geral e também a reabilitação dos fogos que vão sendo desocupados e que transitam para novas famílias, intervenções essas que têm estado a ser mais profundas, porque ao fim de vinte anos temos, não só de fazer trabalhos de pinturas e de requalificações básicas. -----

----- Temos muitas vezes que intervir ao nível da canalização, o sistema elétrico, o sistema de gás quando existe e, portanto, nas intervenções de remodelação estamos a aproveitar para preparar a casa, para que a manutenção futura seja muito menor. -----

----- Para além destes dois bairros temos em preparação e aproveito para fazer aqui um resumo daqueles que são os planos de trabalho, porque sei que muitas vezes se levanta a questão e muitas vezes na Assembleia Municipal também se insiste, mas aproveito esta empreitada que é significativa para dar conhecimento do que tem sido a atuação da Câmara. -----

----- Dizer também que nos restantes bairros não parámos a intervenção e não é porque estamos com esta obra que é gigantesca que os outros foram descurados. -----

----- É intenção do Senhor Presidente e vamos concretizá-la muito em breve, a pintura do Bairro Luta pela Casa, que vai ter também uma intervenção global e no lado de Carnaxide/Outurela, onde se congrega grande parte da nossa habitação municipal, estamos a fazer intervenções, quer de limpeza e cobertura de fachadas, quer de espaço público, quer de reforço de iluminação nas arcadas do Pátio dos Cavaleiros, pintura de pórticos, intervenção a nível de campainhas e sistemas de luz nas escadas, vão permitir uma vivência segura naqueles bairros, sendo que a parte que primeiro avançou foram os equipamentos, são aqueles que mais rapidamente beneficiam a vida das populações. -----

----- Temos neste momento em obra a readaptação para novas valências, transformar a valência da creche e infantário do Pombal a pedido da entidade gestora o Centro Paroquial, reabilitamos os parques desportivos informais existentes nos bairros, já foi espaço público, fizemos o do Pombal e o de São Marçal. -----

-----A intervenção às vezes não é tão visível, mas uma mera visita aos bairros permitirá perceber que se durante alguns anos se interrompeu a manutenção dos bairros, neste momento, o que estamos a fazer é a intervenção profunda e está já a transformar alguns dos nossos bairros.---

-----Aproveitamos estas intervenções profundas para fazer correções ao nível do espaço público e fazer algumas coisas que, às vezes, são intervenções muito pequenas, mas que na vivência do dia-a-dia significam muito para as populações, por exemplo, no fim do Bairro do Pátio dos Cavaleiros tínhamos uma situação e resultou até de uma visita do Senhor Presidente, constatámos há muito pouco tempo uma ligação que era necessário fazer de uma rua à outra e que são meia dúzia de metros de alcatrão com uma perfilhação do passeio e que permite o acesso de entrada e de saída do bairro, mais uma.-----

-----Traz mais mobilidade, mais segurança e mais conforto, a quem precisa de sair do bairro, porque aquela saída, meia dúzia de metros de alcatrão, permite a ligação a uma saída do bairro.-----

-----É importante esta explicação para que todos os Senhores Vereadores percebam que estas intervenções, umas vêm aqui outras não, mas que estão a acontecer nos bairros e que muito em breve nós vamos poder afirmar que a vivência nos nossos bairros municipais não tem qualquer diferença da vivência dos bairros não municipais, contribuindo também para acabar com o estigma de morar num bairro municipal, poderá não ser tão bom, queremos que todos tenham as mesmas condições de dignidade.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o projeto de execução, a decisão de contratar e a abertura do procedimento concursal necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas com a designação, Requalificação do Espaço



Câmara Municipal
de Oeiras

Público Bairro dos Navegadores - Fase dois e três, em Porto Salvo. -----

----- O preço base de dois milhões novecentos e oitenta e quatro mil setecentos e cinquenta e seis euros e vinte e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento com o prazo de execução da empreitada de trezentos e sessenta e cinco dias, mais trezentos e sessenta e cinco dias de manutenção de espaços verdes. -----

----- As peças do procedimento. -----

----- A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências: -----

----- Susana Silva, engenheira civil, Chefe de Divisão da Divisão de Habitação, como presidente e que será substituída nas faltas e impedimentos pela primeira vogal efetiva; -----

----- Amélia Pinto Correia, arquiteta, como primeira vogal efetiva; -----

----- Edgar Silva, engenheiro civil, como segundo vogal efetivo; -----

----- João Freire, engenheiro civil, como primeiro suplente; -----

----- Angelina Sequeira, engenheiro civil, como segunda suplente; -----

----- Jorge Bonito, técnico de gestão, como técnico do procedimento; -----

----- Paulo de Carvalho, como técnico do procedimento. -----

----- A nomeação da arquiteta Maria Amélia Correia, da Divisão de Promoção e Conservação de Habitação Municipal, para Diretora de Fiscalização e Gestora do Contrato. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, bem como, atento o disposto nos artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c), número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, todos do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força da reprise da Resolução da Assembleia da República número oitenta e seis, de dois

mil e onze, de onze de abril.-----

30 - PROPOSTA Nº. 509/20 - DOM - Pº. 2020/69-DEM - REABILITAÇÃO DO EDIFICADO NA EB/JI PEDRO ÁLVARES CABRAL, EM PORTO SALVO - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO
- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: -----

-----I - A engenheira Raquel Veríssimo disse o seguinte: -----

-----“Nós propusemos os trinta e cinco por cento, preço restante, valia técnica, porque era prioritário para nós e face aos concursos públicos que temos tido em curso e nos últimos tempos tem aparecido mais dez, quinze propostas, ao contrário desta situação, em que garantir que temos uma empresa qualificada a fazer esta obra, porque é uma obra de interiores, que nós queremos que decorra ainda durante o verão com toda a celeridade neste processo, portanto, era importante garantir isso e quando nós temos tido procedimentos por concurso público em que os empreiteiros vêm em cinquenta por cento ou sessenta por cento abaixo do preço base, eu digo, vamos adjudicar agora um concurso público, lançámos por duzentos e oitenta e cinco mil euros, por cento sessenta e sete para pinturas, ou seja, eu não sei com que tinta eles vão pintar e não conseguimos controlar isso, nós aqui considerámos que era importante garantir que a empresa que fizesse esta obra fosse uma empresa com uma valia técnica e que nos apresentasse uma boa proposta em termos de valia técnica e foi por isso que foi considerada esta ponderação.” -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte: -----

-----“Em primeiro lugar eu não posso aceitar que vocês digam que é pelo preço mais alto que é para ver se vem uma empresa e pega nisto para fazer com condições. -----

-----As empresas são credíveis ou não são credíveis? -----

-----Se não são credíveis então são anuladas.-----

-----Por acaso conheço bem o trabalho das duas empresas e têm todas as condições para fazer a obra.-----



----- O preço base definido é de trezentos e vinte e seis mil seiscentos e trinta e quatro euros e quarenta e um cêntimos e ganha o valor de trezentos e vinte e quatro mil novecentos e sessenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos, o tal preço baixo que tinham medo, vem com trezentos e vinte mil duzentos e cinquenta euros e cinquenta cêntimos, não é extremamente baixo seguramente. -----

----- Na classificação dos itens faz-me alguma surpresa, porque é tudo varrido a dez, depois há uma que só leva sete, porquê? -----

----- A questão dos trinta e cinco por cento do preço compensava para a mais cara, porque a mais cara não é excessivamente cara ou barata, elas enquadravam-se mais ao menos. -----

----- Com a engenheira Raquel Veríssimo sabe, ambas têm obras de reabilitação feitas mais complexas que esta, por isso, não comprehendo. -----

----- O mapa costuma vir junto com a ata do júri e depois é assinado, mas desta vez foi à parte, vindo à parte eu tenho de fazer contas para saber qual foi a que ficou em primeiro lugar do preço. -----

----- Não estou convencido e não concordo com a metodologia.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Ângelo Pereira, Heloísa Apolónia e abstenção do Senhor Vereador Joaquim Raposo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os Relatórios Preliminar e Final do Júri. -----

----- A adjudicação da empreitada de obra pública “Reabilitação do edificado na Escola Básica/Jardim-de-Infância Pedro Álvares Cabral, em Porto Salvo”, ao concorrente Optibuilding, Limitada, pelo valor de trezentos e vinte e quatro mil novecentos e sessenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento e com o prazo de execução de setenta e cinco dias. -----

-----As nomeações da engenheira Alice Garcia, da Divisão de Equipamentos Municipais, como Gestora do Contrato e Diretora de Fiscalização e da doutora Andreia Pereira, do Departamento de Obras Municipais/Unidade de Planeamento e Gestão de Obras, como Coordenadora de Segurança em Obra.-----

-----A minuta do contrato.-----

-----Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, nonagésimo oitavo e centésimo quadragésimo oitavo, todos do Código dos Contratos Públicos e ainda prevista nos artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), ambos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugada com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, de dois mil e oito).-----

31 - PROPOSTA N°. 510/20 - DOM - Pº. 2020/52-DGEP - PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA QUINTA DA NORA, EM CARNAXIDE - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO:-----

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte:-----

-----“Na altura não houve concorrentes e teve de se fazer um novo concurso, resolveram aumentar o valor passando para trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e oitenta e três euros, ou seja, subiu aqui um valor significativo de cinquenta mil euros, fico espantado porque afinal até há quem venha com um preço de trezentos e vinte e cinco mil euros que era inferior ao preço base do primeiro concurso.”-----

-----A Senhora Vereadora Joana Baptista disse o seguinte:-----

-----“Não obstante este desfasamento financeiro entre os trezentos e oitenta mil e os trezentos e vinte e oito mil euros de valor adjudicado, que vem abaixo do valor base do primeiro



concurso, quero dizer o seguinte: -----

----- No caso em concreto, este procedimento dá-me alguma confiança, porque esta empresa à qual foi adjudicado este estacionamento é uma empresa que tem dado provas em termos de empreitadas no Concelho de Oeiras, fez a Salete Tavares, fez o EVA, fez aquela empreitada que o Senhor Presidente diz que os municíipes não compreenderam muito bem, na Sacadura Cabral, mas tem dado préstimos de uma boa execução, portanto, aqui o preço também já é relativo, a empresa é boa.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os Relatórios Preliminar e Final do Júri. -----

----- A adjudicação da empreitada de obra pública “Parque de estacionamento da Quinta da Nora, em Carnaxide”, ao concorrente Unikonstrói, Limitada, pelo valor de trezentos e vinte e cinco mil novecentos e trinta e sete euros e vinte e três centimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento e com o prazo de execução de cento e vinte dias. -----

----- A minuta do contrato. -----

----- As nomeações da engenheira Marina Graça, da Divisão de Gestão do Espaço Público, como Gestora do Contrato e Diretora de Fiscalização e da doutora Andreia Pereira, do Departamento de Obras Municipais/Unidade de Planeamento e Gestão de Obras, como Coordenadora de Segurança em Obra. -----

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, nonagésimo oitavo e centésimo quadragésimo oitavo, todos do Código dos Contratos Públicos e ainda prevista nos artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), ambos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de

setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, de dois mil e oito).-----

32 - PROPOSTA N.º 494/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS E À PROATLÂNTICO - ASSOCIAÇÃO JUVENIL, PARA APOIO AO PROJETO PRAIA ACESSÍVEL 2020:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de dez mil euros, à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oeiras. -----

-----A atribuição de comparticipação financeira no valor de cento e sessenta euros, à ProAtlântico - Associação Juvenil.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas g) e h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Regulamento à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----



**33 - PROPOSTA N°. 495/20 - SIMAS - ANULAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS DELIBERAÇÕES
DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS QUE APROVARAM A MINUTA DE ACORDO A
CELEBRAR ENTRE OS MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA SOBRE A TITULARIDADE
DOS IMÓVEIS AFETOS ÀS ATRIBUIÇÕES DOS SIMAS À DOMINIALIDADE PRIVADA DO
MUNICÍPIO NO QUAL O BEM SE INSIRA TERRITORIALMENTE:-----**

----- I - **O Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “A Câmara Municipal da Amadora é que não aceitou, porque juridicamente pode ser no território duma Câmara e o outro noutra Câmara, mas a Câmara Municipal da Amadora não aceitou, eu sempre disse desde o início à Senhora Presidente da Câmara da Amadora para Oeiras tanto dá, vejam bem a confiança que eu tenho nos Vereadores, eu estava certo que os Vereadores da Câmara aprovavam a proposta que eu apresentasse, porque é razoável, então disse a Senhora Presidente da Câmara da Amadora para escolher e decidir e seria aquilo que decidissem. -----

----- Desde que o assunto foi posto a minha posição foi essa ou é em compropriedade ou é para cada Câmara Municipal, da parte da Câmara de Oeiras estamos de acordo em qualquer solução, eles não avançaram, avançámos nós para uma, entretanto, depois de termos aprovado a Câmara da Amadora só aceita a compropriedade e eu disse que tudo bem e é isso que vamos fazer.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e dois de junho de dois mil e vinte, na qual aprovou proceder à anulação administrativa, com efeitos retroativos, da proposta de deliberação da Câmara Municipal de Oeiras número quarenta e seis, de dois mil e dezanove, aprovada em dezanove de fevereiro de dois mil e dezanove.-----

-----A anulação administrativa da deliberação número quarenta e quatro, de dois mil e dezanove, aprovada em sessão extraordinária número seis, de dois mil e dezanove, realizada em dois de abril de dois mil e dezanove.-----

-----Promover a subsequente publicação da deliberação da Assembleia Municipal. -----

-----Nos termos do artigo quinquagésimo sexto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o Regime Jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.-----

-----Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais. -----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto que estabelece o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público. -----

-----Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei número quarenta e sete mil trezentos e quarenta e quatro, de mil novecentos e sessenta e seis, de vinte e cinco de novembro, artigos milésimo quaddingentésimo terceiro e seguintes. -----

-----Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

34 - PROPOSTA Nº. 496/20 - SIMAS - AQUISIÇÃO PELOS MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA, EM REGIME DE COMPROPRIEDADE, DA FRAÇÃO AUTÓNOMA DENOMINADA PELA LETRA «B», CORRESPONDENTE AO RÉS-DO-CHÃO DIREITO DO PRÉDIO URBANO, EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL, SITO EM ALGÉS, NA RUA PARQUE ANJOS, Nº. 4, 4A E 4B, PARA INSTALAÇÃO DE UMA NOVA SECÇÃO DE ATENDIMENTO COMERCIAL DOS SIMAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor



Câmara Municipal
de Oeiras

Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e dois de junho de dois mil e vinte, na qual aprovou a revogação da sua proposta número quinhentos e seis, de dois mil e dezoito, aprovada em sessão de vinte e quatro de julho. -----

----- A obtenção da autorização de despesa no montante de duzentos e vinte e cinco mil euros, para efeito de pagamento do preço com a aquisição da fração autónoma denominada pela letra «B», correspondente ao rés-do-chão direito do prédio urbano, sito em Algés, na Rua Parque dos Anjos, número quatro, quatro A e quatro B, cuja titularidade de propriedade se encontra inscrita a favor da sociedade Matos Dias & Lopes, Unipessoal, Limitada. -----

----- A aprovação da proposta de aquisição pelos Municípios de Oeiras e da Amadora, da referida fração autónoma à Sociedade Matos Dias e Lopes, Unipessoal, Limitada, livre de quaisquer ónus ou encargos e devoluta de pessoas e bens, pelo preço de duzentos e vinte e cinco mil euros, em comum e partes iguais e em regime de compropriedade, mediante a dispensa de consulta prévia ao mercado. -----

----- A subsequente realização da respetiva escritura pública de compra e venda, pelo preço de duzentos e vinte e cinco mil euros. -----

----- A promoção do respetivo Registo Predial, da fração autónoma adquirida, em comum e partes iguais e sob o regime de compropriedade, a favor dos Municípios de Oeiras e Amadora. -

----- Nos termos do Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Património Imobiliário do Estado. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais

e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. -----

-----Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.-----

-----Decreto-Lei número centro e dezoito, de dois mil e treze, de vinte de agosto, relativo ao desempenho energético dos edifícios.-----

-----Artigo octingentésimo septuagésimo quarto e seguintes e milésimo quadringentésimo terceiro e seguintes, do Código Civil.-----

-----Código do Procedimento e Processo Tributário, artigo centésimo septuagésimo sétimo-A, número um. -----

35 - PROPOSTA Nº. 497/20 - SIMAS - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO, COM ADJUDICAÇÃO POR LOTES, DESTINADO AO FORNECIMENTO DE “REAGENTES E CONSUMÍVEIS PARA A UNIDADE LABORATORIAL PELO PRAZO DE TRÊS ANOS 2020, 2021 E 2022”: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e dois de junho de dois mil e vinte, na qual aprovou a abertura de procedimento pré contratual por concurso público, com adjudicação por lotes, destinado ao fornecimento de “Reagentes e consumíveis para a Unidade Laboratorial pelo prazo de três anos, dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois”, pelo preço base global de cento e cinquenta e três mil e cem euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a nomeação do júri do procedimento e ainda a celebração de contrato escrito.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos. -----



----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como a contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o Regime Jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. -----

36 - PROPOSTA Nº. 498/20 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO DE REDES DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA AMADORA - ANOS 2020/2021:-----

----- **I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Proposta quatrocentos e noventa e oito, concorrem umas quantas empresas, duas delas apresentam declaração que não estão interessados, porque o valor é muito baixo, a outra não apresenta, ficam três, das três vamos ver o concurso a seguir, ganha um e o outro fica em segundo, continuamos na mesma.” -----

----- **O Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “É difícil de controlar esta dinâmica das empresas particulares.” -----

----- Ainda ontem na Assembleia Municipal falávamos nisso, a propósito da substituição do fibrocimento pelo polietileno. -----

----- Eu julgo que o problema tem a ver com a dimensão das empreitadas, dimensão em

termos quantitativos, financeiros. -----

----- Temos que analisar no futuro a possibilidade de empreitadas de maior dimensão, é a única forma.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Ângelo Pereira, voto contra do Senhor Vereador Joaquim Raposo e abstenção da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e dois de junho de dois mil e vinte, na qual aprovou a adjudicação da empreitada destinada à remodelação de redes de águas residuais e pluviais no Concelho da Amadora - anos dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, pelo valor de duzentos e oitenta e quatro mil e trinta e três euros e oitenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, com prazo de execução de trezentos e sessenta dias, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, devendo, face ao caráter plurianual da empreitada, ser afeto para fins cabimentais nos seguintes termos: -----

----- Dois mil e vinte - noventa e cinco mil euros - Doméstico/vinte e um mil e quinhentos euros - Pluvial; -----

----- Dois mil e vinte e um - quarenta e oito mil duzentos e dezasseis euros e noventa cêntimos - Doméstico/cento e dezanove mil trezentos e dezasseis euros e noventa cêntimos - Pluvial. -----

----- A nomeação do engenheiro Gonçalo Filipe da Silva Rodrigues, como Coordenador de Segurança em Fase de Obra e como Diretor de Fiscalização da mesma empreitada, e a celebração de contrato escrito, com aprovação da respetiva minuta. -----

----- Nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----



----- Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o Regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. -----

----- Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

37 - PROPOSTA Nº. 499/20 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À REPARAÇÃO DE COLAPSOS DE COLETORES E RAMAIS, SUBSTITUIÇÃO DE TAMPAS E REPARAÇÃO DE CAIXAS DE VISITA, NAS REDES DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS, NO CONCELHO DA AMADORA (ANOS DE 2020/2021): -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Ângelo Pereira, voto contra do Senhor Vereador Joaquim Raposo e abstenção da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e dois de junho de dois mil e vinte, na qual aprovou a adjudicação da empreitada destinada à reparação de colapsos de coletores e ramais, substituição de tampas e reparação de caixas de visita, nas redes de águas residuais e pluviais, no Concelho da Amadora (anos de dois mil e vinte/dois mil e vinte e um), à empresa Olico - Materiais para Construção, Construção Civil e Obras Públicas, Limitada, pelo valor de duzentos e noventa e nove mil quatrocentos e setenta e quatro euros e quarenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos

SIMAS, enquanto entidade adjudicante, com prazo de execução de trezentos e sessenta dias, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, devendo, face ao caráter plurianual da empreitada, ser afeto para fins cabimentais o valor de sessenta e dois mil e quinhentos euros, ao ano de dois mil e vinte e o valor de duzentos e trinta e seis mil novecentos e setenta e quatro euros e quarenta cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e um, ambos acrescidos de IVA, bem como a nomeação do engenheiro Gonçalo Filipe da Silva Rodrigues, como Coordenador de Segurança em Fase de Obra e como Diretor de Fiscalização da mesma empreitada, a celebração de contrato escrito, com aprovação da respetiva minuta, a delegação no Senhor Diretor-delegado do ato de liberação de cauções. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o Regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como a contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o Regime Jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o Regime Jurídico do Associativismo Autárquico. -----

38 - PROPOSTA N°. 500/20 - GCAJ - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: -----



----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o início do procedimento de elaboração do Regulamento do Programa de Cooperação Técnica e Científica a estabelecer com as Instituições de Ensino Superior. -----

----- A publicitação do início do procedimento na Internet, no sítio institucional do Município. -----

----- Nos termos das alíneas k), u), e ff), todas do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, que define como atribuição da Câmara Municipal a elaboração e submissão à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos. -----

----- Artigo nonagésimo oitavo, número um, do Código do Procedimento Administrativo, que impõe a obrigatoriedade de publicitação do início do procedimento de elaboração regulamentar. -----

39 - PROPOSTA N°. 501/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EXTRAORDINÁRIA À JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA, PARA APOIO AO APETRECHAMENTO DA MERCEARIA SOCIAL:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar e submeter para apreciação à Assembleia Municipal, a atribuição de uma comparticipação financeira extraordinária no valor de mil setecentos e sessenta e cinco euros, à Junta de Freguesia de

Barcarena, para otimização da resposta Mercearia Social.-----

-----Nos termos dos artigos sétimo, número um, alíneas e) e f) e décimo sexto, número um, alíneas t) e v) e nas atribuições do Município e nas competências da Câmara Municipal em matéria de apoio a atividades de interesse municipal de natureza social e saúde, conforme o previsto, respetivamente nos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas g) e h), vigésimo quinto, número um, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-----

-----Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

-----À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira poderão receber apoios a aprovar no âmbito da presente proposta. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e dezoito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro.-----

-----Após a votação saiu da sala definitivamente a **Senhora Vereadora Joana Baptista**.



**40 - PROPOSTA N.º 502/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
EMDIIP - EQUIPA MÓVEL DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E INTERVENÇÃO
PRECOCE, PARA CRIAÇÃO DE BOLSA DE TERAPIAS PARA CRIANÇAS COM
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS:**-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de sete mil e quatrocentos euros, à Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce, para apoio à criação de bolsa de terapias para alunos com necessidades educativas especiais.-----

----- O termo de aceitação. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

----- Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

----- À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira poderão receber apoios a aprovar no âmbito da presente proposta. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e dezoito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro. -----

41 - PROPOSTA N°. 503/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE ALGÉS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de seiscentos euros, à União de Reformados, Pensionistas e Idosos de Algés, para apoio a despesas decorrentes da sua atividade. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovados pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, ambos da Lei de Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Regulamento à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de



janeiro, conjugado com a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e artigo ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro (Resolução da Assembleia da República número dezasseis, de dois mil e vinte, de dezanove de março).-----

----- Números um e dois, do artigo segundo, número um, do artigo terceiro, artigo quarto, números um e dois, do artigo quinto e número um, do artigo nono, todos da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto, que aprovou a Regulação da obrigatoriedade de publicação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares.-----

----- Lei oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, comprovação do registo de beneficiário efetivo.-----

**42 - PROPOSTA N.º 504/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
AO AGRUPAMENTO 407 DE OEIRAS DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de mil e quinhentos euros, ao Agrupamento Quatrocentos e Sete de Oeiras do Corpo Nacional de Escutas, para apoiar a entrega de refeições confeccionadas, aos fins de semana e feriados, nos territórios de Oeiras, Paço de Arcos, Caxias, Barcarena e Porto Salvo, nomeadamente para fazer face a despesas logísticas decorrentes desta entrega.-----

----- Do compromisso do Município em:-----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba;-----

-----A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea v), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

-----Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, na redação que lhe é dada pela Lei número cento e dezanove, de dois mil e dezanove, de dezoito de setembro, apenas as entidades que tenham a sua situação fiscal e contributiva regularizada junto da Segurança Social e Autoridade Tributária, poderão receber os apoios a aprovar no âmbito da presente proposta. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, comprovação do registo de beneficiário efetivo. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

43 - PROPOSTA Nº. 505/20 - DPERU - ACORDO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA LOJA SITA Nº. 89, DA RUA CÂNDIDO DOS REIS, EM OEIRAS, EM QUE É ARRENDATÁRIA A EMPRESA “ALVES E SERRÃO, LDA”:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor



Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a rescisão por mútuo acordo do contrato de arrendamento referente à loja do número oitenta e nove, da Rua Cândido dos Reis, em Oeiras, em que é arrendatária a empresa “Alves & Serrão, Limitada”, mediante o pagamento de uma indemnização de quarenta e oito mil euros. -----

----- Nos termos do artigo milésimo octogésimo segundo, do Código Civil. -----

----- Artigo vigésimo terceiro, alínea n), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com as alterações da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

----- Artigo trigésimo terceiro, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com as alterações da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho, à contrário. -----

----- Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Regulamento à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

**44 - PROPOSTA Nº. 506/20 - GAEP - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL REFERENTE AO 1º. TRIMESTRE DE 2020, DA OEIRAS VIVA - GESTÃO DE
EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante

proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o relatório trimestral de Execução Orçamental referente ao primeiro trimestre de dois mil e vinte, da Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal. -----

-----Submeter a aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de deliberação e os documentos anexos à mesma. -----

-----Nos termos do artigo quadragésimo segundo, número um, alínea e), do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc) e artigo vigésimo quinto, número dois, alínea a), do Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

-----Artigo décimo oitavo, número sete, dos Estatutos da Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal. -----

45 - PROPOSTA Nº. 507/20 - DACTPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS PARA ATIVIDADE CULTURAL REGULAR DE 2020 - II^a. FASE:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o apoio financeiro aos Agentes Culturais, no valor global de setenta e quatro mil cento e vinte e oito euros e trinta e cinco céntimos, segundo a listagem que se apresenta, sendo os valores nela inscritos o resultado da diferença entre o valor apurado na avaliação e o apoio já atribuído na primeira fase:-----

-----Associações Culturais - Valor: -----

-----Associação Coral de Linda-a-Velha - novecentos e cinquenta euros; -----

-----Biblioteca Operária Oeirense - sete mil e quinhentos euros; -----

-----Ancoras - Associação Náutica Clássicos de Oeiras - dois mil duzentos e vinte e dois



Câmara Municipal
de Oeiras

euros e noventa e cinco cêntimos; -----
----- Associação Cultural “A Voz de Paço de Arcos” - setecentos e vinte e dois euros; -----
----- Associação Cultural “O Patriarca do Fado” Alfredo Marceneiro - dois mil cento e cinquenta euros; -----
----- Associação Cultural São Bruno - mil quinhentos e cinquenta euros; -----
----- Associação Cultural de Tercena - mil seiscentos e vinte e dois euros e cinquenta e um cêntimos; - -----
----- Associação Cultural e Recreativa da Ribeira da Lage - três mil cento e quinze euros; -
----- Mapa, Associação Cultural - quatrocentos euros; -----
----- Associação de Moradores “Dezoito de Maio” - mil duzentos e cinquenta euros; -----
----- Associação Portuguesa Amigos dos Castelos - setecentos euros; -----
----- Centro Cultural de Oeiras - Cenco - mil setecentos e cinquenta euros; -----
----- Clube Carnaxide Cultura e Desporto - três mil duzentos e sessenta euros; -----
----- Cooperativa de Habitação Económica “Nova Morada” - quinhentos euros; -----
----- Coro de Santo Amaro de Oeiras - dois mil euros; -----
----- Ermida, Associação Cultural - duzentos euros; -----
----- Folkzita- Associação de Dança Popular - mil quatrocentos e cinquenta euros; -----
----- Grupo Recreativo e Cultural “Os Amigos do Alto do Mocho” - quatrocentos e cinquenta euros; -----
----- Grupo Coral e Instrumental Norte-Sul - mil euros; -----
----- Grupo Cultural de Vila Fria - duzentos e sessenta e quatro euros; -----
----- Grupo de Amigos do Museu da Pólvora Negra - quinhentos euros; -----
----- Grupo de Folclore das Terras da Nóbrega - três mil e duzentos euros; -----
----- Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde - mil setecentos e quarenta euros; -----

----- Grupo Recreativo Cultural e Desportivo de Leião - três mil e seiscentos euros; -----
----- Grupo Recreativo de Tercena - duzentos euros; -----
----- Ideias do Século, Associação - mil oitocentos e cinquenta euros; -----
----- Associação Artística e Cultural Luchapa - mil e cinquenta euros; -----
----- Matraca Associação Cultural e Artística - três mil e duzentos euros; -----
----- Nova Atena - Associação para a inclusão e bem-estar da pessoa sénior para a cultura e arte - cento e cinquenta euros; -----
----- O Irmão do Meio, Associação Cultural - mil euros; -----
----- Organização Internacional Nova Acrópole Portugal/Oeiras, Cascais - dois mil e duzentos euros; -----
----- Palkobservador - Associação Cultural e Recreativa - mil setecentos e dezanove euros; -----
----- Sociedade de Educação e Recreio “Os Unidos de Leceia” - mil trezentos e oitenta e três euros e oitenta e nove cêntimos; -----
----- Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo - doze mil novecentos e oitenta euros; -----
----- Sociedade de Instrução Musical e Escolar Cruz Quebradense - mil e trezentos euros; -----
----- Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide - dois mil oitocentos e oitenta e três euros; -----
----- Universidade Sénior de Oeiras - Associação Cultural sem Fins lucrativos - quinhentos e dezasseis euros; -----
----- Valejas Atlético Clube - mil e seiscentos euros. -----
----- A minuta de termo de aceitação, que será assinado pelos Agentes Culturais beneficiários do apoio financeiro. -----
----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número



sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho.-----

----- Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Regulamento à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

----- À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada, junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira, poderão receber os apoios concedidos por entidades públicas.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, todos da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto, que aprovou o Regime Jurídico que regula a obrigatoriedade de publicação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares.-----

46 - PROPOSTA Nº. 508/20 - DP - PROCEDIMENTO MEDIANTE SORTEIO, COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO, PARA ARRENDAMENTO DO ARMAZÉM 30, SITO NA RUA D, LOTE 45, ALTO DOS BARRONHOS - DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a não adjudicação e consequente revogação da decisão de contratar do procedimento mediante sorteio, com publicação prévia de anúncio, para arrendamento do Armazém Trinta, sítio na Rua D, lote quarenta e cinco, no Alto

dos Barronhos, em virtude do procedimento pré-contratual ter ficado deserto. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto, que aprovou o Regime Jurídico do Património Imobiliário do Estado. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. -----

47 - PROPOSTA N°. 511/20 - DTGE - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE LICENÇAS DE RECINTO ITINERANTE E RUÍDO, NO ÂMBITO DO EVENTO CONCERTOS À JANELA JÚNIOR: -----

----- I - **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

----- “Trata-se de um assunto que tem de ir Assembleia Municipal e os concertos estão previstos para os dias vinte e sete de junho, quatro e onze de julho, já não há tempo para levar esta isenção ao Órgão Deliberativo. -----

----- **O Senhor Presidente** concluiu o seguinte:-----

----- “Quando for presente à Assembleia Municipal, se esta rejeitar, o promotor vai ter que pagar.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a emissão das licenças camarárias necessárias e subsequente reconhecimento de isenção do pagamento das respetivas licenças, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Apoiar logicamente o evento “Concertos à Janela Júnior” em três sessões. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo quinto, número um, alínea c) e trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugados com os artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de



dois mil e treze, de três de setembro e artigo trigésimo oitavo, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas. -----

48 - PROPOSTA N°. 512/20 - PM - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A CEDÊNCIA DE 6 MOTOCICLOS ASSENTES NAS REGRAS DO CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA:-----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

49 - PROPOSTA N°. 513/20 - GAP - MEDIDAS IMPLEMENTADAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA COVID-19, NO APOIO À ECONOMIA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a isenção do pagamento de taxas dos operadores dos mercados municipais de abastecimento, dos meses de abril e maio de dois mil e vinte, cujo valor é de trinta e dois mil novecentos e noventa e seis euros e doze cêntimos. -----

----- A isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública com esplanada, coberta e não coberta, referente ao período compreendido entre um de junho de dois mil e vinte e trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, que se estima em cento e cinquenta e oito mil quinhentos e trinta euros. -----

----- Esta isenção aplicar-se-á aos pedidos atuais, bem como aos novos pedidos que vierem a ser submetidos a esta edilidade, aplicando-se em todos os casos em que o espaço físico o permita e cumprindo escrupulosamente as orientações estipuladas pela Direção Geral de Saúde, plasmadas no plano de desconfinamento definido pelo Governo da República. Neste período, até dezembro de dois mil e vinte e um, os interessados nas esplanadas estão dispensados de licenciamento formal, devendo, porém, comunicar à Câmara a intenção de colocação de

esplanada, com o espaço que irão ocupar, juntando planta, devendo em todos os casos estar garantida a circulação de pessoas. Compete à Polícia Municipal verificar e fiscalizar se este procedimento está a ser cumprido. -----

-----A isenção do pagamento das rendas dos espaços comerciais sitos em bairros municipais e dos armazéns do Bairro do Alto dos Barronhos, referentes aos meses de abril de dois mil e vinte (dezassete mil oitocentos e cinquenta e oito euros e sessenta e cinco euros) e maio de dois mil e vinte (dezoito mil setenta e seis euros e sessenta e um céntimos), perfazendo para os dois meses o total de trinta e cinco mil novecentos e trinta e cinco euros e vinte e seis céntimos. -----

-----A isenção do pagamento de cinquenta por cento das taxas de publicidade aos operadores, no período compreendido entre um de março a trinta de junho de dois mil e vinte, com o valor total de cento e quarenta e nove mil setecentos e oitenta e seis euros e quarenta e sete céntimos. -----

-----A estes valores deve ser somada a já aprovada isenção às empresas dedicadas às atividades de restauração e bebidas para fins não habitacionais municipais, referente às rendas de abril e maio de dois mil e vinte, no valor total de cento e quatro mil oitocentos e vinte e um euros e trinta e seis céntimos (proposta de deliberação número duzentos e sessenta e seis, de dois mil e vinte). -----

-----Assim, o valor total das isenções de taxas para incentivo da atividade económica é de quatrocentos e oitenta e dois mil sessenta e nove euros e vinte e um céntimos. -----

-----A remessa à Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alínea m) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze. -----

-----Artigo décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze,



que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais. -----

----- Artigos trigésimo sexto e seguintes, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e outras receitas do Município de Oeiras (Regulamento número trezentos e sessenta e quatro, de dois mil e doze, de catorze de agosto). -----

----- Lei número quatro-C, de dois mil e vinte, de seis de abril, que estabelece um Regime excepcional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-Dezanove.

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto, regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela administração pública. -----

50 - PROPOSTA N.º 514/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES PARCEIRAS PARA REFORÇO EXCECIONAL DE VERBAS, NO ÂMBITO DO FES: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira às seguintes entidades, no montante global de cem mil euros: -----

----- Entidades - Montante: -----

----- Centro Social Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo - vinte mil euros; -----

----- Centro Social e Paroquial de São Julião da Barra - quarenta mil euros; -----

----- Centro Social Paroquial Cristo Rei de Algés - vinte mil euros; -----

----- Núcleo de Instrução e Beneficência - vinte mil euros. -----

----- Do compromisso do Município em: -----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba; -----

-----A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido.-----

-----A minuta de termo de aceitação.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.---

-----À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, que estabelece que, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada, junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira, poderão receber apoio a aprovar pela presente proposta.

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública.-

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, que prevê o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo e que identifica todas as pessoas singulares que, ainda que de forma indireta ou através de terceiros, detenham a propriedade ou o controlo efetivo das entidades jurídicas.-----

51 - PROPOSTA N°. 515/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA PARTICIPAÇÃO DE 15 CRIANÇAS EM COLÓNIA DE FÉRIAS:

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da



Câmara Municipal
de Oeiras

Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

52 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às dezanove horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,

(Isaltino Morais)

A Chefe de Divisão,

(Vera Carvalho)

